



**ADVERTÊNCIA**

O Município de Pedreira/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e seus anexos e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

**Observações:**

**I - O EDITAL EXIGE GARANTIA PARA PARTICIPAÇÃO (Verificar subitem 4.17 e subsequentes)**

**II- Somente serão aceitas as garantias efetivadas até a data e horário limite para início da sessão.**

Bruno Henrique de Almeida  
**CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES**  
**SUBSCRITOR DO EDITAL**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 12/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 20/2026**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP – UASG: 986843**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DESTINADA A CUMPRIR O PROGRAMA DE TAPA BURACOS DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP QUE CONSISTE NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO DA MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE CBUQ FAIXA D, NECESSÁRIOS PARA GARANTIR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS E INDISPENSÁVEIS PARA O TRÂNSITO SEGURO, EM ATENDIMENTO AS ODS(S): ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA - ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.380.339,00.**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/05/2026 às 9h**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2026**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP**, por meio da **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, sediado na Praça Epitácio Pessoa, nº 03 – Centro, Pedreira, Estado de São Paulo – CEP 13.920-013, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ FAIXA D, necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;



2.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

2.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro



internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E GARANTIA DE PROPOSTA, E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:



4.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4.17. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

4.17.1. Será exigida garantia de proposta na presente licitação, nos termos abaixo definidos:

4.17.2. A garantia de proposta será exigida no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para o contrato, conforme estabelecido pelo artigo 58, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.17.2.1. Em caso de caução em moeda corrente, o depósito deverá ser na conta da Prefeitura, Banco do Brasil, Agência 2427-9, Conta 130.031-8, CNPJ: 46.410.775/0001-36.

4.17.2.2. Em nenhuma hipótese a Prefeitura receberá a garantia em espécie.

4.17.2.3. No caso da caução em dinheiro, a licitante deverá apresentar juntamente com a proposta comercial, após a fase de lances do procedimento, o comprovante do depósito efetuado, sendo que no momento da sessão (sob pena de desclassificação da proposta), o Pregoeiro fará diligência junto à Secretaria Municipal de Finanças deste Município, para a confirmação do crédito na conta corrente informada.

**4.17.2.5. O comprovante de recolhimento ou de emissão da garantia, pelo licitante previamente vencedor, deverá ser apresentado ao Agente de Contratação juntamente com a proposta comercial, após a fase de lances do procedimento – sob pena de desclassificação da proposta;**

4.17.2.6. A Garantia não poderá ter validade inferior a **90 (noventa) dias** da abertura do Certame;

4.17.2.7. As licitantes poderão optar por apresentar a garantia de proposta em uma das seguintes modalidades, conforme o §1º do artigo 96 da referida lei:

4.17.2.7.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, conforme critérios de negociação e de paridade de mercado, respeitando a forma prevista na legislação específica;

4.17.2.7.2. Seguro-garantia, com vigência igual ou superior ao prazo de validade da proposta;

4.17.2.7.3. Fiança bancária, com prazo de validade igual ou superior ao prazo de validade da proposta, assegurando a cobertura do montante exigido para o certame título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.17.2.8. A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato pela vencedora do certame, mediante solicitação.





## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor unitário do item **(VALOR REFERENTE A 1 (UMA) TONELADA APLICADA COM TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS)**.

**5.1.2. Observação:** Deverá ser incluída a "procedência" do item CBUQ, ou a informação "PRÓPRIA OU (OUTRO)", caso a procedência possa identificar a licitante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. No valor proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.10. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.12. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar o preço máximo previsto no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo





legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário (VALOR REFERENTE A 1 (UMA) TONELADA APLICADA COM TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS).

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,10**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Considerando que foi adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "**aberto**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão,



auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores



somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.17.7. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.19.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, elabore a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo disponibilizado no Anexo II.**

6.19.4.1. Esgotado o prazo descrito no subitem 6.19.4, a sessão será retomada em data prevista, onde a licitante, após solicitação formal do Agente de Contratação/Comissão, deverá encaminhar os documentos elaborados e adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.19.4.2. **ALERTA:** os valores a serem apresentados nos documentos, deverão conter 02 (duas) casas decimais, e deverão ser devidamente conferidos, para que se evitem erros de cálculos e demais transtornos desnecessários durante a sessão, visando a celeridade do certame.

6.19.4.3. Em caso de divergência entre os valores totais e unitários, prevalecerão os valores unitários.

6.19.4.4. Erros no preenchimento dos documentos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



6.19.4.5. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.19.4.6. Considera-se erro no preenchimento da planilha e demais documentos passíveis de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.19.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.19.6. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Sistema integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

7.1.4. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).



7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal 3.816 de 17 de agosto de 2023.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Por tratar-se de regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor unitário estimado e pela superação de custo unitário que compõe a planilha anexa ao edital;

7.7.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



8.1.2. Os documentos em questão encontram-se descritos mais precisamente no **item 9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO - Exigências de habilitação**, do Termo de Referência, conforme abaixo transcritos:

#### **8.1.2.1. Habilitação jurídica**

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.1.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.1.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.1.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





8.1.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

8.1.2.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

### **8.1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira**

8.1.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.1.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

8.1.2.3.2.1. Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do Balanço de Abertura, conforme previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 14.133/2021;

8.1.2.3.2.2. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

8.1.2.3.2.2.1. Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

8.1.2.3.2.2.2. As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada extraídos do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

8.1.2.3.2.2.3. Caso os documentos não estejam devidamente autenticados quando da sua apresentação, a empresa deverá providenciar a autenticação nos moldes descritos acima, como condição para a assinatura do contrato, não sendo essa pendência motivo para sua inabilitação;

8.1.2.3.2.2.4. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo





gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício;

8.1.2.3.2.5. Os documentos e índices referidos acima deverão ser exigidos: a) para as empresas que NÃO adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até a data prevista em lei ou nos atos constitutivos da empresa; ou, b) para as empresas que adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED, em conformidade com a Instrução Normativa RFB vigente.

8.1.2.3.2.3. A empresa deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira através da apresentação de declaração que apresente o atendimento dos índices econômicos abaixo, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada por profissional habilitado da área contábil.

**Índice de Liquidez Geral (LG):** 
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,00 \text{ (um)}$$

**Índice de Liquidez Geral (LG)** Exercício 202\_: Exercício: 202\_:

**Resultado:**

**Índice de Liquidez Corrente (LC):** 
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00 \text{ (um)}$$

**Índice de Liquidez Corrente (LC)** Exercício 202\_: Exercício 202\_:

**Resultado:**

**Índice de Solvência Geral (ISG):** 
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1,00 \text{ (um)}$$

**Índice de Solvência Geral (ISG)** Exercício 202\_: Exercício 202\_:

**Resultado:**

**A empresa que não tiver alcançado os resultados  $\geq 1,00$  (um) para os índices acima, será considerada inabilitada.**

8.1.2.3.2.4. Comprovação de Patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.



#### **8.1.2.4. Qualificação Técnica**

**8.1.2.4.1.** Indicação de profissional(is) de nível superior ou técnico, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado;

**8.1.2.4.1.1.** OBS: Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**8.1.2.4.1.2.** A comprovação do vínculo entre a licitante e o(s) profissional(is) indicado(s) será exigida apenas no momento da assinatura do contrato, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.353/2024 – Segunda Câmara), com o objetivo de não restringir a competitividade do certame;

**8.1.2.4.1.3.** A comprovação do vínculo poderá ser realizada por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho, ficha de empregado, contrato de prestação de serviços ou qualquer outro meio legalmente admitido, sendo permitida a indicação de profissional(is) autônomo(s), desde que assumam a responsabilidade técnica pela execução dos serviços;

**8.1.2.4.1.4.** No caso de profissional(is) autônomo(s), deverá ser apresentada declaração formal de responsabilidade técnica, assinada pelo(s) respectivo(s) profissional(is), acompanhada de documento de identificação válido ou outro meio idôneo de verificação da assinatura

#### **8.1.2.5. Prova de registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a área de atuação pertinente ao objeto.**

#### **8.1.2.6. Exigência de Atestado(s):**

**8.1.2.4.6.1.** Certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

**8.1.2.4.6.2.** A comprovação deverá ser feita através de atestados ou certidões de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço que demonstrem a capacidade operacional na execução. Estes deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade correspondente ao objeto, constante na composição orçamentária deste Município, ou seja, um mínimo de 450 toneladas de massa aplicada incluindo os serviços de recuperação asfáltica em pavimentação ou recapeamento em concreto betuminoso usinado a quente ou outro compatível com o objeto, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). OBS: Com relação à quantidade exigida no atestado, foi retirado da quantidade total do objeto, sendo, 900 toneladas, onde 50% equivalem as 450 toneladas.

**8.2.** No que tange à participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. No que tange a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, de maneira digital, e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais, em cópia simples.**

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.9. A habilitação** será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64 e §4º do art. 40 do Decreto Municipal nº 3.816, de 2023):

8.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015).

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado



digitalmente em até **03 (três)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br), no link Licitações, junto ao edital de pregão eletrônico correspondente.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





11.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5%** a **30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal nº 3.816/2023 de 17 de agosto de 2023.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.16. Ademais, deverão ser observadas, também, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no **Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo VII** deste edital.

11.17. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [licitacaopedreira.doc@gmail.com](mailto:licitacaopedreira.doc@gmail.com).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br).

**13.11. Os Decretos Municipais citados neste edital encontram-se disponíveis no site [www.pedreira.sp.gov.br](http://www.pedreira.sp.gov.br), no link “Decretos Licitação”.**

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1. **ANEXO I** – Termo de Referência;

13.12.1.1. **Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar;

13.12.2. **ANEXO II** – Modelo de Planilha de Proposta;

13.12.3. **ANEXO III** – Minuta de Termo de Contrato;

13.12.4. **ANEXO IV** – Termo de Ciência e Notificação;

13.12.5. **ANEXO V** – Planilha Orçamentária da Administração;

13.12.6. **ANEXO VI** – Matriz de Risco;

13.12.7. **ANEXO VII** – Decreto 4.240 de 24 de junho de 2025.

Pedreira/SP, 17 de abril de 2026.

Bruno Henrique de Almeida  
**CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES**  
**SUBSCRITOR DO EDITAL**



## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ FAIXA D necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis nos termos da tabela abaixo, e conforme condições exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	UNIDADES DE MEDIDA	QTDE.
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFALTICA, FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO DA MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE CBUQ FAIXA D.	1406	TN	900

O descritivo do item, bem como, seu quantitativo foi definido e estimado com base na demonstração constante no Estudo Técnico Preliminar, constante nos autos do processo.

Trata-se de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ FAIXA D, necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis, mediante procedimento eletrônico.

O prazo de vigência do(s) Contrato(s) será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo o(s) contrato(s) ser(em) prorrogado(s) sucessivamente, respeitando a **vigência máxima decenal**, nos termos dos **arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021**, visto o objeto se enquadrar como contínuo, conforme mostrado no estudo técnico preliminar.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A necessidade na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ FAIXA D, necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.



A manutenção das vias públicas é essencial para a conservação do pavimento uma vez que, aberto um buraco ou fissura na camada de rolamento, poderá ser comprometida toda a base do pavimento com a infiltração de água. Ressalta-se que a falta de manutenção das vias pavimentadas poderá acarretar no agravamento da situação das patologias, podendo chegar a um nível em que as avarias tornar-se-ão irreparáveis, sendo necessária a substituição de todo o pavimento e até a recuperação da base. Além disso, o estado precário das ruas e avenidas pode ocasionar acidentes, colocando a vida humana em risco. A manutenção do pavimento é para renovar, manter, preservar, prevenir e corrigir avarias, tendo como meta principal a missão de manter a segurança e comodidade dos cidadãos.

O fornecimento torna-se fundamental para o desenvolvimento das atividades da Administração, pois trata-se de produto essencial para o atendimento da demanda de manutenção das vias públicas, ressaltando ainda, que é item imprescindível para o desempenho, execução e manutenção das funções da administração.

A contratação visa dar continuidade aos serviços de recuperação asfáltica para Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, visto que o Contrato n.º 71/2024 (fornecimento de CBUQ), tem o seu término de vigência previsto para dia **28 de maio de 2026, porém agora, será incluso a mão de obra para a aplicação do CBUQ.**

Importa esclarecer que, atualmente, a aplicação do CBUQ fornecido por meio do Contrato n.º 71/2024 é realizada pela mão de obra vinculada ao Contrato n.º 111/2025, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 3/2025, cujo objeto contempla a prestação de serviços diversos à Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, incluindo a preparação do solo e a aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com utilização de maquinários de pequeno porte pertencentes ao Município.

Considerando que o Contrato n.º 71/2024 possui término de vigência previsto para 28 de maio de 2026, e que se encontra em andamento novo processo licitatório visando à contratação conjunta do fornecimento de CBUQ com a respectiva mão de obra de aplicação, haverá readequação das atribuições atualmente desempenhadas.

Dessa forma, após a formalização da nova contratação, a equipe vinculada ao Contrato n.º 111/2025 passará a atuar exclusivamente na preparação e adequação da base para recebimento do CBUQ, mantendo a utilização dos maquinários de pequeno porte disponibilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas.

Por sua vez, o fornecimento e a aplicação do CBUQ serão de responsabilidade da futura contratada, a qual deverá disponibilizar os equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme previsto neste Estudo Técnico Preliminar.

Desta forma uma nova contratação se faz necessária por meio de novo processo para manutenção dos serviços de conservação da estrutura viária do Município.

Diante da natureza de serviço continuado, caso ocorresse sua interrupção, seria de forte impacto acarretando a descontinuidade dos serviços de manutenção de vias diante do término do contrato que se quer retomar por meio de nova licitação, acarretando inclusive na interdição de vias por impossibilidade de tráfego seguro, causando caos ao trânsito no Município.

Nesse sentido, o objetivo da futura aquisição de mão de obra para aplicação de CBUQ visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas assegurando a quantidade necessária para garantir a demanda desta Secretaria afim de assegurar a prestação de serviços de manutenção e conservação de vias pavimentadas.

Portanto, a contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível, tendo em vista que os serviços demandam tecnologia específica, equipamentos adequados e mão de obra tecnicamente qualificada, visto a ausência no quadro funcional deste Município, onde não dispõe de pessoal técnico e especializado para o desenvolvimento das atividades em comento. Assim, a



execução por terceiros permite maior eficiência, qualidade técnica e celeridade na recuperação da malha viária, atendendo ao interesse público e às diretrizes de planejamento, economicidade e gestão responsável dos recursos públicos.

Justifica-se ainda a vantajosidade da contratação nos moldes acima, considerando garantir de forma técnica, maior durabilidade, redução de custos com manutenção a longo prazo e **responsabilização direta sobre a qualidade do serviço**.

Fundamentação legal: Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

### 3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (apêndice desse Termo de Referência).

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se da contratação para prestação de serviços sob demanda para aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), a granel, destinada a garantir a continuidade dos serviços de manutenção e conservação de vias públicas pavimentadas no âmbito deste município.

O objeto compreende a prestação de serviços para aplicação de massa asfáltica betuminosa do tipo CBUQ – Faixa D, bem como a disponibilização de mão de obra especializada e de todos os equipamentos necessários à sua adequada aplicação, incluindo, mas não se limitando, a emulsão asfáltica, mini rolo compactador, placa vibratória e demais ferramentas e insumos, e dispositivos indispensáveis à execução dos serviços, conforme demanda e nos locais previamente indicados por esta Secretaria.

O objeto da presente contratação enquadra-se como bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, nos termos da legislação vigente.

#### REQUISITOS GERAIS

#### DOS SERVIÇOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A contratação compreende a prestação de serviços para **aplicação de massa asfáltica betuminosa usinada a quente (CBUQ) – Faixa D**, incluindo:

- **Fornecimento do material a granel;**
- **Possuir equipe técnica e mão de obra especializada compatível com o objeto;**

Equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as **normas técnicas vigentes**, garantindo qualidade, durabilidade e segurança, com o objetivo de manutenção e conservação das vias públicas pavimentadas.

#### MATERIAIS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Caberá integralmente à Contratada o fornecimento dos seguintes materiais:

- **Massa asfáltica usinada a quente (CBUQ) – Faixa D**, conforme especificação do D.E.R.;



- **Emulsão asfáltica;**

Demais insumos necessários à execução dos serviços.

### **EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E ESTRUTURA MÍNIMA**

A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, a seguinte estrutura para execução dos serviços:

#### **Equipamentos e veículos:**

- **Caminhão basculante com capacidade mínima de 12 m³, preferencialmente térmico para manutenção da temperatura do material;**
- **Rolo vibratório (mínimo de 19 HP) ou placa vibratória (mínimo de 5,5 HP), conforme necessidade;**
- **Reservatório para emulsão asfáltica.**

#### **Ferramentas:**

- **Soquete manual;**
- **Pás, picaretas, enxadas, vassourões e carrinho de mão;**
- **Cones de sinalização.**

#### **Equipamentos de proteção e apoio:**

- **Todos os EPIs obrigatórios para execução dos serviços;**
- **Demais ferramentas e equipamentos necessários, que deverão estar em perfeitas condições de uso, sendo substituídos quando necessário.**

### **EQUIPE MÍNIMA DE TRABALHO**

A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo:

- **01 Encarregado de pavimentação (podendo acumular a função de motorista);**
- **03 Serventes.**

### **ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS**

O caminhão utilizado deverá:

Ser do tipo **truck basculante**, com capacidade mínima de 12 m³;

Possuir, preferencialmente, caçamba térmica para garantir a temperatura adequada do CBUQ;

Estar em perfeitas condições de uso, incluindo:

Motor em pleno funcionamento;

Ausência de vazamentos ou emissão excessiva de fumaça;

Sistema mecânico e elétrico em pleno funcionamento;

Suspensão em boas condições;

Pneus adequados e seguros;

Equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente.

Durante toda a vigência do contrato, será exigido que o(s) veículo(s) possuam **no máximo 10 (dez) anos de uso**, conforme recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



### MANUTENÇÃO E RESPONSABILIDADES

Toda a manutenção do veículo, seja preventiva ou corretiva, será de responsabilidade exclusiva da Contratada;

Os custos com combustível também serão de responsabilidade da Contratada;

Para veículos movidos a diesel ou biodiesel, deverá ser apresentada, a cada **6 (seis) meses**, documentação comprovando a regulagem do motor:

A primeira no início do contrato;

A segunda após 6 meses de execução.

### SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

Em caso de quebra ou necessidade de manutenção:

Se o prazo de reparo ultrapassar **24 (vinte e quatro) horas**, a Contratada deverá:

Comunicar imediatamente a Secretaria;

Providenciar outro veículo com as mesmas características no prazo máximo de 24 horas.

Será permitida a substituição por veículo de padrão similar ou superior, desde que:

Não haja custo adicional;

Haja aprovação prévia da Contratante.

### DISPOSIÇÕES GERAIS

A estrutura apresentada constitui o **mínimo necessário** para execução eficiente e adequada dos serviços, podendo a Contratada utilizar recursos adicionais para garantir melhor desempenho, sem ônus adicional à Administração.

#### Demais requisitos para o fornecimento

A execução do objeto será realizada de forma **parcelada**, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, podendo ocorrer solicitações diárias. Os pedidos serão emitidos pela Secretaria e encaminhados por **correio eletrônico ou entrega pessoal**.

Os serviços serão executados em **diversos locais dentro do perímetro urbano do Município de Pedreira/SP**, sendo que cada solicitação indicará o **endereço completo** para execução.

Cada pedido de aplicação de CBUQ terá quantidade mínima de **6 (seis) toneladas**.

O início dos serviços deverá ocorrer às **7h00**, possibilitando a execução dentro do horário de expediente da equipe de fiscalização da Secretaria, devendo ser concluídos até, no máximo, às **16h00**.

A temperatura do material no momento da aplicação **não poderá ser inferior a 105 °C**, garantindo a qualidade do serviço.

No momento da entrega, antes da aplicação, o material será conferido por profissional da Secretaria, sendo verificados:

- **Peso**, por meio de aferição;
- **Temperatura**.

O material poderá ser **rejeitado** caso não atenda às especificações exigidas.





A Contratada será responsável pela **entrega e aplicação** do material nos locais indicados, dentro do Município.

### **Procedimento de solicitação**

Os pedidos serão realizados até às **14h00** do dia da solicitação. A Contratada deverá se manifestar até às **17h00 do mesmo dia**, informando se poderá executar o serviço no **dia útil seguinte**. Caso o a impossibilidade do não atendimento do pedido a mesma deverá reprogramar a demanda para o dia subsequente ou, se ocorrer algum motivo que prejudique a entrega no próximo dia subsequente por motivo de força maior ou outro (ex: condições climáticas), terá nova programação.

Cada pedido conterá obrigatoriamente:

- Quantidade solicitada (mínimo de 6 toneladas);
- Descrição do objeto;
- Preço unitário e total;
- Horário previsto para execução;
- Número do edital licitatório correspondente;
- Local/endereço em diversas ruas do município de Pedreira/SP.

### **Comprovação de quantidade por parte da contratada**

A entrega deverá ser acompanhada de:

- **Nota Fiscal de remessa;**
- **Ticket de balança**, comprovando o peso.

Além disso, será realizada conferência complementar no local, por parte deste Município, através de verificação do volume (m³) do caminhão, considerando:

- Tipo de caminhão;
- Dimensões internas da caçamba;
- Dados do fabricante ou medições diretas;
- Nível de carregamento.

O volume apurado será comparado com o ticket de pesagem e nota de remessa. Em caso de divergência relevante, será considerado provisoriamente o **menor valor apurado**, sujeito à verificação posterior.

Caso o material esteja em desacordo com as especificações, será **recusado**, sendo adotadas as medidas contratuais cabíveis. Caso o a impossibilidade do não atendimento do pedido a mesma deverá reprogramar a demanda para o dia subsequente ou, se ocorrer algum motivo que prejudique a entrega no próximo dia subsequente por motivo de força maior ou outro (ex: condições climáticas), terá nova programação.

Deverá ser informada a **procedência do material**, com o objetivo de facilitar a fiscalização e garantir a qualidade.

### **Observação sobre composição do CBUQ**

O CBUQ contém em sua composição aproximadamente:



- **5% de CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo);**
- **95% de agregados minerais.**

Dessa forma, a empresa fornecedora é considerada **consumidora final do CAP**, não estando sujeita às exigências de autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo).

### **Requisitos técnicos da empresa**

A empresa contratada deverá:

- **Estar devidamente registrada no CREA ou CAU;**
- **Comprovar aptidão por meio de atestados de capacidade técnica;**
- **Exigência de Atestado(s):** A comprovação deverá ser feita através de atestados ou certidões de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço que demonstrem a capacidade operacional na execução. Estes deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade correspondente ao objeto, constante na composição orçamentária deste Município, ou seja, um mínimo de 450 toneladas de massa aplicada incluindo os serviços de recuperação asfáltica em pavimentação ou recapeamento em concreto betuminoso usinado a quente ou outro compatível com o objeto, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). OBS: Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. OBS: Com relação à quantidade exigida no atestado, foi retirado da quantidade total do objeto, sendo, 900 toneladas, onde 50% equivalem as 450 toneladas.

### **DOS HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Quando solicitados, os serviços deverão ser iniciados a partir das 7h, com conclusão dentro do horário comercial, até as 16h, conforme programação previamente estabelecida pela Secretaria.

### **UNIFORMES DE TRABALHO:**

A equipe terá, necessariamente, que contar com todos os funcionários devidamente uniformizados bem como a utilização de todos os EPI'S necessários para a execução dos serviços conforme normas vigentes.

### **DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços de tapa buracos serão indicados os locais do município pela secretaria municipal de obras e vias públicas e acompanhados por um funcionário designado por esta secretaria, sendo:

A Secretaria ficará encarregada de preparar a base e sub-base deixando o local da intervenção preparado para receber o CBUQ. Conforme citado anteriormente, com a mão de obra do Contrato nº111/2025.

Durante a execução dos serviços, deverá ser utilizado todas as medidas de segurança e sinalizações para interdições de vias nos serviços de tapa buracos, bem como utilização dos EPIs,



sendo que a Contratada responsabilizar-se-á, integralmente, por quaisquer danos causados por conta da ação ou omissão de seus funcionários operacionais e/ou encarregado de equipe.

Obrigatoriamente, deverão ser adotados procedimentos operacionais adequados para preservar as propriedades públicas e particulares. Caberá integralmente à Contratada a responsabilidade por quaisquer consequências decorrentes do uso inadequado e/ou negligente nos serviços.

Os fiscais do contrato terão o direito de exigir da contratada a substituição de todo funcionário cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, além de comunicar imediatamente ao setor responsável, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados, que deverão ser executados em concordância com os horários, prazos e demais condições estipuladas, atendendo ainda, as demandas pontuais de necessidades da municipalidade.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A(s) **CONTRATADA(s)** se compromete(m) pelo presente à:

Comunicar imediatamente o **CONTRATANTE** qualquer ocorrência ou anormalidade no fornecimento do objeto;

A contratada deverá transportar até o local de serviço todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços de tapa buracos, ou seja, o Município não disponibilizará local de guarda das ferramentas e equipamentos, cabendo à contratada transportar os mesmos até o local de cada serviço;

A contratada deverá empregar equipamentos de boa qualidade e compostos de todos os acessórios de trabalho e proteção individual, visando a um melhor desempenho e segurança na execução do serviço;

A contratada deverá cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da **CONTRATANTE**;

A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade;

Assumir total responsabilidade sob o fornecimento do objeto deste estudo técnico preliminar, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros;

A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/21;

Tudo o que se relacionar com o pessoal empregado na execução dos serviços, bem como: vale transporte, vale refeição, assistência odontológica, seguro de vida com auxílio funeral, uniforme,



acessórios de segurança (EPIs), treinamento e certificação, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que também responderá por todos os tributos, encargos, taxas e impostos que incidirem sobre o contrato ou sobre os serviços objeto da contratação;

Ter a capacidade de produção e/ou entrega compatível com a quantidade mínima prevista;

Comunicar formalmente a contratante, na hipótese de impossibilidade de atendimento, apresentando a devida justificativa de acordo com o prazo estipulado de modo a não comprometer o planejamento e continuidade dos serviços.

Fornecer o produto de acordo com o que foi estabelecido neste estudo técnico preliminar;

O objeto que tiver validade, deverá ser entregue com o prazo superior a 70% (setenta por cento) de sua validade, pois caso contrário será devolvido, devendo ser substituído de imediato;

A Contratada será a única responsável pela entrega e descarga e aplicação do objeto, sendo que no preço contratado já deverá estar incluso os custos com a entrega do mesmo;

O Contratante só aceitará a mudança de procedência para o item cotado, somente com a aprovação da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas e desde que a qualidade do produto seja igual ou superior ao cotado pela contratada e o preço não seja superior ao contratado;

Para substituição da procedência ofertada, e consequentemente contratada, a contratada deverá comprovar a inviabilização de fornecimento da procedência, ou seja, comprovar que se deve a fato superveniente não imputável a contratada. Exemplo clássico: Descontinuidade de fabricação do produto, que deverá restar comprovada, por meio de documentos, que o produto efetivamente foi retirado de linha. Caso a nova procedência não atenda as necessidades do Contratante, ou seja, não preste ao atendimento do interesse público, a substituição não será possível, e este instrumento poderá ser rescindido por inexecução contratual, com eventual(is) penalidade(s).

Providenciar a **A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica)** junto ao CREA, ou a **R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica)** junto ao CAU, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de início dos serviços.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**O CONTRATANTE** se compromete, em decorrência desta avença, a:

Fornecer todos os dados e informações necessárias ao completo e correta execução do objeto;

A preparação de base é de responsabilidade da contratante;

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, bem como fornecer atestado de fornecimento quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

#### **Critérios de sustentabilidade socioambiental**



O material que será aplicação e fornecido pela contratada, deverá ser produzido de acordo com os critérios e normas adotados pela CETESB para fornecedores do Estado de São Paulo ou outros órgãos com a mesma finalidade em outros estados.

### **Requisitos de qualidade**

Deverão ser observadas as disposições da norma ABNT NBR 12948 e NBR 12949, e ainda as normas do DNIT para produção, fornecimento e aplicação de CBUQ Faixa D.

### **DO OBJETO E RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA:**

A presente licitação visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ FAIXA D, necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

### **DA NECESSIDADE DE GARANTIA DE PROPOSTA:**

Considerando o vulto econômico da contratação, fixado em R\$ 1.380.339,00, a Administração Municipal estabeleceu, no item 4.16 do Edital, a exigência de garantia de participação no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado. Esta medida fundamenta-se nos seguintes pontos:

- Mitigação de Riscos e Seriedade das Propostas: O Município de Pedreira tem penalizado rigorosamente empresas que descumprem o pactuado. A garantia assegura que os licitantes apresentem lances de forma clara, consciente e com real capacidade de execução.
- Filtro de Solidez Econômica: O aporte prévio da garantia atua como um filtro necessário para afastar empresas sem lastro financeiro, garantindo que o licitante tenha condições de arcar com os custos iniciais da obra.
- Proteção contra o "Licitante Aventureiro": A desistência injustificada do vencedor em um certame de mais de 1 milhão de reais geraria prejuízos imensuráveis à Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas e consequentemente ao Município de Pedreira/SP, incluindo o custo operacional de repetição do ato e o atraso na execução dos serviços.

### **DA LEGALIDADE E PROPORCIONALIDADE:**

A exigência está estritamente alinhada ao Art. 58, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. O percentual de 1% (R\$ 13.803,39) é o limite legal permitido e não fere a competitividade, visto que o edital deverá possibilitar a escolha entre caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. Ademais, o valor deverá ser devolvido aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato pela vencedora.

### **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, determino a necessidade da exigência de garantia de proposta como instrumento de prudência administrativa e segurança jurídica, visando garantir que a execução do objeto ocorra dentro dos padrões de qualidade e prazos exigidos.



Fundamentação legal: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e do Inciso II do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

**5. VISTORIA**

Não se aplica.

**6. EXECUÇÃO CONTRATUAL**

O regime de execução é o de “**menor preço**”.

A execução do objeto será realizada de forma **parcelada**, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, podendo ocorrer solicitações diárias. Os pedidos serão emitidos pela Secretaria e encaminhados por **correio eletrônico ou entrega pessoal**.

Os serviços serão executados em **diversos locais dentro do perímetro urbano do Município de Pedreira/SP**, sendo que cada solicitação indicará o **endereço completo** para execução.

**CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A descrição dos critérios de sustentabilidade socioambiental como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (apêndice desse Termo de Referência).

**GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

A contratação deverá contar com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

contratado deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à



contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obrigara-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## 7. GESTÃO DO CONTRATO

A(s) contratação(ões) com a(s) empresa(s) vencedora(s) far-se-á(ão) por Contrato(s),





conforme Minuta(s) a ser(em) disponibilizada(s), considerando a(s) proposta(s) apresentada(s) e disposições legais, vinculando a(s) empresa(s) vencedora(s) aos termos do Edital e demais anexos, à(s) proposta(s) apresentada(s) e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

**Rotinas de Fiscalização e Gestão Contratual:** Será em conformidade com o Decreto nº 3.790 de 21 de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.

Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julh-de-2023>

## 8.CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DO OBJETO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

Os pedidos serão realizados até às **14h00** do dia da solicitação. A Contratada deverá se manifestar até às **17h00 do mesmo dia**, informando se poderá executar o serviço no **dia útil seguinte**. Caso o a impossibilidade do não atendimento do pedido a mesma deverá reprogramar a demanda para o dia subsequente ou, se ocorrer algum motivo que prejudique a entrega no próximo dia subsequente por motivo de força maior ou outro (ex: condições climáticas), terá nova programação.

Cada pedido conterá obrigatoriamente:

- Quantidade solicitada (mínimo de 6 toneladas);
- Descrição do objeto;
- Preço unitário e total;
- Horário previsto para execução;
- Número do edital licitatório correspondente;
- Local/endereço em diversas ruas do município de Pedreira/SP.

#### Comprovação de quantidade por parte da contratada

A entrega deverá ser acompanhada de:

- **Nota Fiscal de remessa;**
- **Ticket de balança**, comprovando o peso.

Além disso, será realizada conferência complementar no local, por parte deste Município, através de verificação do volume (m³) do caminhão, considerando:

- Tipo de caminhão;
- Dimensões internas da caçamba;
- Dados do fabricante ou medições diretas;
- Nível de carregamento.

O volume apurado será comparado com o ticket de pesagem e nota de remessa. Em caso de divergência relevante, será considerado provisoriamente o **menor valor apurado**, sujeito à verificação posterior.

Caso o material esteja em desacordo com as especificações, será **recusado**, sendo adotadas as medidas contratuais cabíveis. Caso o a impossibilidade do não atendimento do pedido a mesma deverá reprogramar a demanda para o dia subsequente ou, se ocorrer algum motivo que prejudique a entrega no próximo dia subsequente por motivo de força maior ou outro (ex: condições climáticas), terá nova programação.



Deverá ser informada a **procedência do material**, com o objetivo de facilitar a fiscalização e garantir a qualidade.

Observação sobre composição do CBUQ

O CBUQ contém em sua composição aproximadamente:

- **5% de CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo);**
- **95% de agregados minerais.**

Dessa forma, a empresa fornecedora é considerada **consumidora final do CAP**, não estando sujeita às exigências de autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo).

**DAS MEDIÇÕES**

As medições serão realizadas **quinzenalmente**.

**DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados diretamente pelo CONTRATANTE, por meio de sua Tesouraria.

A empresa deverá antes da emissão da Nota Fiscal/Fatura, encaminhar aos fiscais do contrato a medição quinzenal, em planilhas discriminadas com os endereços onde foram executados os serviços juntamente com a quantidade de toneladas utilizadas em cada local, e aguardar a conferência e autorização, cujo prazo de verificação será de até 05 (cinco) dias úteis, onde o aceite importará na autorização da emissão da nota fiscal, e o pagamento ocorrerá em **até 30 (trinta) dias** da liquidação da nota fiscal.

O prazo **para liquidação da Nota Fiscal será de até 10 (dez) dias**, contados do seu recebimento e aceite pela Administração.

Cabe destacar que no caso de não aprovação, será garantido o contraditório e ampla defesa, e no caso de erros, será considerado o mesmo prazo para reanálise.

A medição/nota fiscal deverá vir autorizadas pelo(a)(s) responsável(is) pela fiscalização da obra, sendo que tais documentos deverão vir com o aceite dos fiscais do contrato.

Observa-se que no caso de atraso dos serviços por culpa da CONTRATADA, somente será permitida emissão de Nota Fiscal após concluída a etapa em que o cronograma tem que estar.

Em caso de atraso no pagamento devido à CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.

Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

Os serviços objetos do presente termo de referência ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente, que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.

As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Prefeitura Municipal de Pedreira/SP será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.

Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, sendo vedada a emissão de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da(s) contratada(s) deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).



**9.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo tipo "MENOR PREÇO POR ITEM".

**Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;**

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual relativos ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

### **Qualificação Técnica**

A comprovação da qualificação técnica dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**a)** Prova de registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a área de atuação pertinente ao objeto,

**b)** Exigência de Atestado: A comprovação deverá ser feita através de atestados ou certidões de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço que demonstrem a capacidade operacional na execução. Estes deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade correspondente ao objeto, constante na composição orçamentária deste Município, ou seja, um mínimo de 450 toneladas de massa aplicada incluindo os serviços de recuperação asfáltica em pavimentação ou recapeamento em concreto betuminoso usinado a quente ou outro compatível com o objeto, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). OBS: Com relação à quantidade exigida no atestado, foi retirado da quantidade total do objeto, sendo, 900 toneladas, onde 50% equivalem as 450 toneladas.

**c)** Indicação de profissional(is) de nível superior ou técnico, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado;

OBS: Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

A comprovação do vínculo entre a licitante e o(s) profissional(is) indicado(s) será exigida apenas no momento da assinatura do contrato, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.353/2024 – Segunda Câmara), com o objetivo de não restringir a competitividade do certame;

A comprovação do vínculo poderá ser realizada por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho, ficha de empregado, contrato de prestação de serviços ou qualquer



outro meio legalmente admitido, sendo permitida a indicação de profissional(is) autônomo(s), desde que assumam a responsabilidade técnica pela execução dos serviços;  
No caso de profissional(is) autônomo(s), deverá ser apresentada declaração formal de responsabilidade técnica, assinada pelo(s) respectivo(s) profissional(is), acompanhada de documento de identificação válido ou outro meio idôneo de verificação da assinatura;

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio do Balanço de Abertura, conforme previsto no § 1º, do artigo 65, da Lei nº 14.133/2021)

Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada extraídos do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício;

**Caso os documentos não estejam devidamente autenticados, a empresa deverá providenciar a autenticação nos moldes descritos acima, como condição para a assinatura do contrato, não sendo essa pendência motivo para sua inabilitação;**

Os documentos e índices referidos acima deverão ser exigidos: a) para as empresas que NÃO adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer até a data prevista em lei ou nos atos constitutivos da empresa; ou, b) para as empresas que adotaram a ECD – Escrituração Contábil Digital, o encerramento do exercício social deverá ocorrer com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED, em conformidade com a Instrução Normativa RFB vigente.

A empresa deverá comprovar sua boa situação econômico-financeira através da apresentação de declaração que apresente o atendimento dos índices econômicos abaixo, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinada por profissional habilitado da área contábil.

**Índice de Liquidez Geral (LG):**

Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo

 $\geq 1,00 \text{ (um)}$ 

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

**Índice de Liquidez Geral (LG)**

Exercício 202\_:

Exercício: 202\_:

**Resultado:****Índice de Liquidez Corrente (LC):**

Ativo Circulante

 $\geq 1,00 \text{ (um)}$ 

Passivo Circulante

**Índice de Liquidez Corrente (LC)**

Exercício 202\_:

Exercício 202\_:

**Resultado:****Índice de Solvência Geral (ISG):**

Ativo Total

 $\geq 1,00 \text{ (um)}$ 

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

**Índice de Solvência Geral (ISG)**

Exercício 202\_:

Exercício 202\_:

**Resultado:**

A empresa que não tiver alcançado os resultados  $\geq 1,00 \text{ (um)}$  para os índices acima, será considerada inabilitada.

Patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	UNIDADES DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFALTICA, FORNECIMENTO DE MÃO DE	1406	TN	900	R\$ 1.533,71	R\$ 1.380.339,00





	OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO DA MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE CBUQ FAIXA D					
--	--	--	--	--	--	--

**VALOR GLOBAL ORÇADO: R\$ 1.380.339,00.**

Obs: Para encontrar a estimativa do valor da contratação, considerou-se as tabelas oficiais e contrato vigente: (SINAPI- Boletim referencial de custos - tabela de preços com desoneração - 12/2025, Tabela DER 31/10/2025\* Desonerada - Tabela CDHU - 200 Desonerada\*\* - contrato vigente 71/2.024 (cbuq), considerando-se o quantitativo a ser contratado.

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão por conta da **ficha Orçamentária:**

Unidade: 02.13.01 DIVISÃO OBRAS E CONS. DE VIAS URBANAS E RURAIS

Funcional: 15.451.0013.2.142

Cat. Econ. 3.3.90.39.00

Código de Aplicação: 110.000

Fonte Recurso: 00100

Ficha: 1243 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

#### 12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Carlos Henrique Teixeira Pires  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E VIAS PÚBLICAS**  
**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**



APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Fundamentação legal: Art. 18, parágrafo 1º da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

A necessidade na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ FAIXA D, necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A manutenção das vias públicas é essencial para a conservação do pavimento uma vez que, aberto um buraco ou fissura na camada de rolamento, poderá ser comprometida toda a base do pavimento com a infiltração de água. Ressalta-se que a falta de manutenção das vias pavimentadas poderá acarretar no agravamento da situação das patologias, podendo chegar a um nível em que as avarias tornar-se-ão irreparáveis, sendo necessária a substituição de todo o pavimento e até a recuperação da base. Além disso, o estado precário das ruas e avenidas pode ocasionar acidentes, colocando a vida humana em risco. A manutenção do pavimento é para renovar, manter, preservar, prevenir e corrigir avarias, tendo como meta principal a missão de manter a segurança e comodidade dos cidadãos.

O fornecimento torna-se fundamental para o desenvolvimento das atividades da Administração, pois trata-se de produto essencial para o atendimento da demanda de manutenção das vias públicas, ressaltando ainda, que é item imprescindível para o desempenho, execução e manutenção das funções da administração.

A contratação visa dar continuidade aos serviços de recuperação asfáltica para Prefeitura Municipal de Pedreira/SP, visto que o Contrato n.º 71/2024 (fornecimento de CBUQ), tem o seu término de vigência previsto para dia **28 de maio de 2026, porém agora, será incluso a mão de obra para a aplicação do CBUQ.**

Importa esclarecer que, atualmente, a aplicação do CBUQ fornecido por meio do Contrato nº 71/2024 é realizada pela mão de obra vinculada ao Contrato nº 111/2025, oriundo do Pregão



Eletrônico nº 3/2025, cujo objeto contempla a prestação de serviços diversos à Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, incluindo a preparação do solo e a aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com utilização de maquinários de pequeno porte pertencentes ao Município.

Considerando que o Contrato nº 71/2024 possui término de vigência previsto para 28 de maio de 2026, e que se encontra em andamento novo processo licitatório visando à contratação conjunta do fornecimento de CBUQ com a respectiva mão de obra de aplicação, haverá readequação das atribuições atualmente desempenhadas.

Dessa forma, após a formalização da nova contratação, a equipe vinculada ao Contrato nº 111/2025 passará a atuar exclusivamente na preparação e adequação da base para recebimento do CBUQ, mantendo a utilização dos maquinários de pequeno porte disponibilizados pela Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas.

Por sua vez, o fornecimento e a aplicação do CBUQ serão de responsabilidade da futura contratada, a qual deverá disponibilizar os equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme previsto neste Estudo Técnico Preliminar.

Desta forma uma nova contratação se faz necessária por meio de novo processo para manutenção dos serviços de conservação da estrutura viária do Município.

Diante da natureza de serviço continuado, caso ocorresse sua interrupção, seria de forte impacto acarretando a descontinuidade dos serviços de manutenção de vias diante do término do contrato que se quer retomar por meio de nova licitação, acarretando inclusive na interdição de vias por impossibilidade de tráfego seguro, causando caos ao trânsito no Município.

Nesse sentido, o objetivo da futura aquisição de mão de obra para aplicação de CBUQ visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas assegurando a quantidade necessária para garantir a demanda desta Secretaria afim de assegurar a prestação de serviços de manutenção e conservação de vias pavimentadas.

Portanto, a contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível, tendo em vista que os serviços demandam tecnologia específica, equipamentos adequados e mão de obra tecnicamente qualificada, visto a ausência no quadro funcional deste Município, onde não dispõe de pessoal técnico e especializado para o desenvolvimento das atividades em comento. Assim, a execução por terceiros permite maior eficiência, qualidade técnica e celeridade na recuperação da malha viária, atendendo ao interesse público e às diretrizes de planejamento, economicidade e gestão responsável dos recursos públicos.

Justifica-se ainda a vantajosidade da contratação nos moldes acima, considerando garantir de forma técnica, maior durabilidade, redução de custos com manutenção a longo prazo e **responsabilização direta sobre a qualidade do serviço.**

Fundamentação legal: Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.



## 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Município de Pedreira ainda não implementou o instrumento de PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL, tendo instituído Comissão específica para essa finalidade, que segue atuando para a elaboração do documento final a ser apresentado e cadastrado nos portais oficiais públicos.

Entretanto, a presente contratação encontra respaldo nos respectivos planejamentos das Secretarias solicitantes, presentes nas peças orçamentárias anteriores (PPA e LDO), estando em perfeita consonância com os atuais orçamentos das Secretarias. Assim, o princípio do planejamento está respeitado, independente da confecção do PCA.

Nesse sentido, temos o seguinte posicionamento a ser destacado:

*“Apesar do reconhecimento da importância do PCA para o aprimoramento da gestão pública, é necessário avaliar a base normativa que sustenta sua obrigatoriedade. O texto da Lei nº 14.133/2021, ao dispor sobre o tema, utiliza o verbo “poderão” ao prever a elaboração do Plano de Contratação Anual, reservando aos entes federados a discricionariedade quanto à sua confecção. A ausência de termos como “preferencialmente” ou “deverão” reforça a conclusão de que não há obrigação legal para a criação do PCA. Essa facultatividade encontra-se adequada à percepção do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que os entes federativos devem gozar de certa liberdade para regular assuntos de forma distinta.”*

Fundamentação legal: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso I do § 2º do art. 4º e art. 22 do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se da contratação para prestação de serviços sob demanda para aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), a granel, destinada a garantir a continuidade dos serviços de manutenção e conservação de vias públicas pavimentadas no âmbito deste município.

O objeto compreende a prestação de serviços para aplicação de massa asfáltica betuminosa do tipo CBUQ – Faixa D, bem como a disponibilização de mão de obra especializada e de todos os equipamentos necessários à sua adequada aplicação, incluindo, mas não se limitando, a emulsão asfáltica, mini rolo compactador, placa vibratória e demais ferramentas e insumos, e dispositivos indispensáveis à execução dos serviços, conforme demanda e nos locais previamente indicados por esta Secretaria.

O objeto da presente contratação enquadra-se como bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, nos termos da legislação vigente.

### REQUISITOS GERAIS

### DOS SERVIÇOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



A contratação compreende a prestação de serviços para **aplicação de massa asfáltica betuminosa usinada a quente (CBUQ) – Faixa D**, incluindo:

- **Fornecimento do material a granel;**
- **Possuir equipe técnica e mão de obra especializada compatível com o objeto;**

Equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as **normas técnicas vigentes**, garantindo qualidade, durabilidade e segurança, com o objetivo de manutenção e conservação das vias públicas pavimentadas.

#### **MATERIAIS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

Caberá integralmente à Contratada o fornecimento dos seguintes materiais:

- **Massa asfáltica usinada a quente (CBUQ) – Faixa D**, conforme especificação do D.E.R.;
- **Emulsão asfáltica;**

Demais insumos necessários à execução dos serviços.

#### **EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E ESTRUTURA MÍNIMA**

A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, a seguinte estrutura para execução dos serviços:

##### **Equipamentos e veículos:**

- **Caminhão basculante com capacidade mínima de 12 m<sup>3</sup>, preferencialmente térmico para manutenção da temperatura do material;**
- **Rolo vibratório (mínimo de 19 HP) ou placa vibratória (mínimo de 5,5 HP), conforme necessidade;**
- **Reservatório para emulsão asfáltica.**

##### **Ferramentas:**

- **Soquete manual;**
- **Pás, picaretas, enxadas, vassourões e carrinho de mão;**
- **Cones de sinalização.**

##### **Equipamentos de proteção e apoio:**

- **Todos os EPIs obrigatórios para execução dos serviços;**
- **Demais ferramentas e equipamentos necessários, que deverão estar em perfeitas condições de uso, sendo substituídos quando necessário.**

#### **EQUIPE MÍNIMA DE TRABALHO**

A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo:

- **01 Encarregado de pavimentação (podendo acumular a função de motorista);**



- **03 Serventes.**

### ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS

O caminhão utilizado deverá:

Ser do tipo **truck basculante**, com capacidade mínima de 12 m³;

Possuir, preferencialmente, caçamba térmica para garantir a temperatura adequada do CBUQ;

Estar em perfeitas condições de uso, incluindo:

Motor em pleno funcionamento;

Ausência de vazamentos ou emissão excessiva de fumaça;

Sistema mecânico e elétrico em pleno funcionamento;

Suspensão em boas condições;

Pneus adequados e seguros;

Equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente.

Durante toda a vigência do contrato, será exigido que o(s) veículo(s) possuam **no máximo 10 (dez) anos de uso**, conforme recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

### MANUTENÇÃO E RESPONSABILIDADES

Toda a manutenção do veículo, seja preventiva ou corretiva, será de responsabilidade exclusiva da Contratada;

Os custos com combustível também serão de responsabilidade da Contratada;

Para veículos movidos a diesel ou biodiesel, deverá ser apresentada, a cada **6 (seis) meses**, documentação comprovando a regulagem do motor:

A primeira no início do contrato;

A segunda após 6 meses de execução.

### SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

Em caso de quebra ou necessidade de manutenção:

Se o prazo de reparo ultrapassar **24 (vinte e quatro) horas**, a Contratada deverá:

Comunicar imediatamente a Secretaria;

Providenciar outro veículo com as mesmas características no prazo máximo de 24 horas.

Será permitida a substituição por veículo de padrão similar ou superior, desde que:

Não haja custo adicional;

Haja aprovação prévia da Contratante.

### DISPOSIÇÕES GERAIS

A estrutura apresentada constitui o **mínimo necessário** para execução eficiente e adequada dos serviços, podendo a Contratada utilizar recursos adicionais para garantir melhor desempenho, sem ônus adicional à Administração.

### Demais requisitos para o fornecimento

A execução do objeto será realizada de forma **parcelada**, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, podendo ocorrer solicitações diárias. Os pedidos serão emitidos pela Secretaria e encaminhados por **correio eletrônico ou entrega pessoal**.





Os serviços serão executados em **diversos locais dentro do perímetro urbano do Município de Pedreira/SP**, sendo que cada solicitação indicará o **endereço completo** para execução.

Cada pedido de aplicação de CBUQ terá quantidade mínima de **6 (seis) toneladas**.

O início dos serviços deverá ocorrer às **7h00**, possibilitando a execução dentro do horário de expediente da equipe de fiscalização da Secretaria, devendo ser concluídos até, no máximo, às **16h00**.

A temperatura do material no momento da aplicação **não poderá ser inferior a 105 °C**, garantindo a qualidade do serviço.

No momento da entrega, antes da aplicação, o material será conferido por profissional da Secretaria, sendo verificados:

- **Peso**, por meio de aferição;
- **Temperatura**.

O material poderá ser **rejeitado** caso não atenda às especificações exigidas.

A Contratada será responsável pela **entrega e aplicação** do material nos locais indicados, dentro do Município.

### Procedimento de solicitação

Os pedidos serão realizados até às **14h00** do dia da solicitação. A Contratada deverá se manifestar até às **17h00 do mesmo dia**, informando se poderá executar o serviço no **dia útil seguinte**. Caso o a impossibilidade do não atendimento do pedido a mesma deverá reprogramar a demanda para o dia subsequente ou, se ocorrer algum motivo que prejudique a entrega no próximo dia subsequente por motivo de força maior ou outro (ex: condições climáticas), terá nova programação.

Cada pedido conterá obrigatoriamente:

- Quantidade solicitada (mínimo de 6 toneladas);
- Descrição do objeto;
- Preço unitário e total;
- Horário previsto para execução;
- Número do edital licitatório correspondente;
- Local/endereço em diversas ruas do município de Pedreira/SP.

### Comprovação de quantidade por parte da contratada

A entrega deverá ser acompanhada de:

- **Nota Fiscal de remessa**;
- **Ticket de balança**, comprovando o peso.

Além disso, será realizada conferência complementar no local, por parte deste Município, através de verificação do volume (m³) do caminhão, considerando:

- Tipo de caminhão;



- Dimensões internas da caçamba;
- Dados do fabricante ou medições diretas;
- Nível de carregamento.

O volume apurado será comparado com o ticket de pesagem e nota de remessa. Em caso de divergência relevante, será considerado provisoriamente o **menor valor apurado**, sujeito à verificação posterior.

Caso o material esteja em desacordo com as especificações, será **recusado**, sendo adotadas as medidas contratuais cabíveis. Caso o a impossibilidade do não atendimento do pedido a mesma deverá reprogramar a demanda para o dia subsequente ou, se ocorrer algum motivo que prejudique a entrega no próximo dia subsequente por motivo de força maior ou outro (ex: condições climáticas), terá nova programação.

Deverá ser informada a **procedência do material**, com o objetivo de facilitar a fiscalização e garantir a qualidade.

#### Observação sobre composição do CBUQ

O CBUQ contém em sua composição aproximadamente:

- **5% de CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo);**
- **95% de agregados minerais.**

Dessa forma, a empresa fornecedora é considerada **consumidora final do CAP**, não estando sujeita às exigências de autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo).

#### Qualificação técnica

A comprovação da qualificação técnica dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**a)** Prova de registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a área de atuação pertinente ao objeto,

**b)** Exigência de Atestado: A comprovação deverá ser feita através de atestados ou certidões de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço que demonstrem a capacidade operacional na execução. Estes deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade correspondente ao objeto, constante na composição orçamentária deste Município, ou seja, um mínimo de 450 toneladas de massa aplicada incluindo os serviços de recuperação asfáltica em pavimentação ou recapeamento em concreto betuminoso usinado a quente ou outro compatível com o objeto, observando que será admitido a somatória dos atestados apresentados na licitação, para atingir os 50% (cinquenta por cento). OBS: Com relação à quantidade exigida no atestado, foi retirado da quantidade total do objeto, sendo, 900 toneladas, onde 50% equivalem as 450 toneladas.

**c)** Indicação de profissional(is) de nível superior ou técnico, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado;

OBS: Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do artigo 67 da Lei nº 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

A comprovação do vínculo entre a licitante e o(s) profissional(is) indicado(s) será exigida apenas no momento da assinatura do contrato, em conformidade com o entendimento do



Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.353/2024 – Segunda Câmara), com o objetivo de não restringir a competitividade do certame;

A comprovação do vínculo poderá ser realizada por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho, ficha de empregado, contrato de prestação de serviços ou qualquer outro meio legalmente admitido, sendo permitida a indicação de profissional(is) autônomo(s), desde que assumam a responsabilidade técnica pela execução dos serviços;

No caso de profissional(is) autônomo(s), deverá ser apresentada declaração formal de responsabilidade técnica, assinada pelo(s) respectivo(s) profissional(is), acompanhada de documento de identificação válido ou outro meio idôneo de verificação da assinatura;

#### **DO OBJETO E RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA:**

A presente licitação visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ FAIXA D, necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

#### **DA NECESSIDADE DE GARANTIA DE PROPOSTA:**

Considerando o vulto econômico da contratação, fixado em R\$ 1.380.339,00, a Administração Municipal estabeleceu, no item 4.16 do Edital, a exigência de garantia de participação no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado. Esta medida fundamenta-se nos seguintes pontos:

- Mitigação de Riscos e Seriedade das Propostas: O Município de Pedreira tem penalizado rigorosamente empresas que descumprem o pactuado. A garantia assegura que os licitantes apresentem lances de forma clara, consciente e com real capacidade de execução.
- Filtro de Solidez Econômica: O aporte prévio da garantia atua como um filtro necessário para afastar empresas sem lastro financeiro, garantindo que o licitante tenha condições de arcar com os custos iniciais da obra.
- Proteção contra o "Licitante Aventureiro": A desistência injustificada do vencedor em um certame de mais de 1 milhão de reais geraria prejuízos imensuráveis à Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas e consequentemente ao Município de Pedreira/SP, incluindo o custo operacional de repetição do ato e o atraso na execução dos serviços.

#### **DA LEGALIDADE E PROPORCIONALIDADE:**

A exigência está estritamente alinhada ao Art. 58, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. O percentual de 1% (R\$ 13.803,39) é o limite legal permitido e não fere a competitividade, visto que o edital deverá possibilitar a escolha entre caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. Ademais, o valor deverá ser devolvido aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato pela vencedora.

#### **CONCLUSÃO:**

Pelo exposto, determino a necessidade da exigência de garantia de proposta como instrumento de prudência administrativa e segurança jurídica, visando garantir que a execução do objeto ocorra dentro dos padrões de qualidade e prazos exigidos.



### **DOS HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Quando solicitados, os serviços deverão ser iniciados a partir das 7h, com conclusão dentro do horário comercial, até as 16h, conforme programação previamente estabelecida pela Secretaria.

### **UNIFORMES DE TRABALHO:**

A equipe terá, necessariamente, que contar com todos os funcionários devidamente uniformizados bem como a utilização de todos os EPI'S necessários para a execução dos serviços conforme normas vigentes.

### **DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços de tapa buracos serão indicados os locais do município pela secretaria municipal de obras e vias públicas e acompanhados por um funcionário designado por esta secretaria, sendo:

A Secretaria ficará encarregada de preparar a base e sub-base deixando o local da intervenção preparado para receber o CBUQ. Conforme citado anteriormente, com a mão de obra do Contrato nº111/2025.

Durante a execução dos serviços, deverá ser utilizado todas as medidas de segurança e sinalizações para interdições de vias nos serviços de tapa buracos, bem como utilização dos EPIs, sendo que a Contratada responsabilizar-se-á, integralmente, por quaisquer danos causados por conta da ação ou omissão de seus funcionários operacionais e/ou encarregado de equipe.

Obrigatoriamente, deverão ser adotados procedimentos operacionais adequados para preservar as propriedades públicas e particulares. Caberá integralmente à Contratada a responsabilidade por quaisquer consequências decorrentes do uso inadequado e/ou negligente nos serviços.

Os fiscais do contrato terão o direito de exigir da contratada a substituição de todo funcionário cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, além de comunicar imediatamente ao setor responsável, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados, que deverão ser executados em concordância com os horários, prazos e demais condições estipuladas, atendendo ainda, as demandas pontuais de necessidades da municipalidade.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A(s) **CONTRATADA(s)** se compromete(m) pelo presente à:

Comunicar imediatamente o **CONTRATANTE** qualquer ocorrência ou anormalidade no fornecimento do objeto;

A contratada deverá transportar até o local de serviço todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços de tapa buracos, ou seja, o Município não disponibilizará local de guarda das ferramentas e equipamentos, cabendo à contratada transportar os mesmos até o local de cada serviço;



A contratada deverá empregar equipamentos de boa qualidade e compostos de todos os acessórios de trabalho e proteção individual, visando a um melhor desempenho e segurança na execução do serviço;

A contratada deverá cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as, a qualquer tempo, mediante solicitação da CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade;

Assumir total responsabilidade sob o fornecimento do objeto deste estudo técnico preliminar, e responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que sejam causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros;

A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/21;

Tudo o que se relacionar com o pessoal empregado na execução dos serviços, bem como: vale transporte, vale refeição, assistência odontológica, seguro de vida com auxílio funeral, uniforme, acessórios de segurança (EPIs), treinamento e certificação, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que também responderá por todos os tributos, encargos, taxas e impostos que incidirem sobre o contrato ou sobre os serviços objeto da contratação;

Ter a capacidade de produção e/ou entrega compatível com a quantidade mínima prevista;

Comunicar formalmente a contratante, na hipótese de impossibilidade de atendimento, apresentando a devida justificativa de acordo com o prazo estipulado de modo a não comprometer o planejamento e continuidade dos serviços.

Fornecer o produto de acordo com o que foi estabelecido neste estudo técnico preliminar;

O objeto que tiver validade, deverá ser entregue com o prazo superior a 70% (setenta por cento) de sua validade, pois caso contrário será devolvido, devendo ser substituído de imediato;

A Contratada será a única responsável pela entrega e descarga e aplicação do objeto, sendo que no preço contratado já deverá estar incluso os custos com a entrega do mesmo;

O Contratante só aceitará a mudança de procedência para o item cotado, somente com a aprovação da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas e desde que a qualidade do produto seja igual ou superior ao cotado pela contratada e o preço não seja superior ao contratado;

Para substituição da procedência ofertada, e consequentemente contratada, a contratada deverá comprovar a inviabilização de fornecimento da procedência, ou seja, comprovar que se deve a fato superveniente não imputável a contratada. Exemplo clássico: Descontinuidade de



fabricação do produto, que deverá restar comprovada, por meio de documentos, que o produto efetivamente foi retirado de linha. Caso a nova procedência não atenda as necessidades do Contratante, ou seja, não preste ao atendimento do interesse público, a substituição não será possível, e este instrumento poderá ser rescindido por inexecução contratual, com eventual(is) penalidade(s).

Providenciar a **A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica)** junto ao CREA, ou a **R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica)** junto ao CAU, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de início dos serviços.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**O CONTRATANTE** se compromete, em decorrência desta avença, a:

Fornecer todos os dados e informações necessárias ao completo e correta execução do objeto;

A preparação de base é de responsabilidade da contratante;

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, bem como fornecer atestado de fornecimento quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

#### **Crítérios de sustentabilidade socioambiental**

O material que será aplicação e fornecido pela contratada, deverá ser produzido de acordo com os critérios e normas adotados pela CETESB para fornecedores do Estado de São Paulo ou outros órgãos com a mesma finalidade em outros estados.

#### **Requisitos de qualidade**

Deverão ser observadas as disposições da norma ABNT NBR 12948 e NBR 12949, e ainda as normas do DNIT para produção, fornecimento e aplicação de CBUQ Faixa D.

Fundamentação legal: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e do Inciso II do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

#### **4 - ESTIMATIVA DO(S) QUANTITATIVO(S)**

A quantidade foi estimada em função de dois parâmetros. O primeiro levou em consideração o consumo utilizado nos contratos anteriores de fornecimento de CBUQ deste Município e o segundo a estimativa em relação à demanda prevista para o período em que o mesmo será utilizado.

Em relação ao **primeiro parâmetro**, para levantamento do consumo foram consideradas as quantidades utilizadas e aquelas que serão solicitadas até o fim do contrato vigente.

ITEM	QUANTD.	UNID	DESCRIÇÃO ITEM	CONTRATO
1	1350 (Contratado)	T	MASSA ASFÁLTICA BETUMINOSA TIPO CBUQ USINADA A QUENTE FAIXA D	71/2024





1	150 (Contratado)	T	MASSA ASFÁLTICA BETUMINOSA TIPO CBUQ USINADA A QUENTE FAIXA D	70/2024
---	---------------------	---	--	---------

Em relação ao **segundo parâmetro**, o quantitativo inicialmente contratado foi revisto, considerando as intervenções de recapeamento executadas e programadas entre os exercícios de 2024, 2025 e início de 2026, as quais contribuirão significativamente para a melhoria das condições das vias públicas e, conseqüentemente, para a redução da demanda por serviços de manutenção corretiva. Dessa forma, com base nos critérios acima expostos, **destaca-se que o quantitativo foi reduzido para 900 (novecentas) toneladas**, quantitativo este suficiente para atender à demanda atual estimada para o período de 12 (doze) meses, em razão da diminuição da necessidade de aplicação de CBUQ.

Ressalta-se que a presente contratação não se limita ao fornecimento do CBUQ, contemplando também a execução dos serviços de aplicação, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, bem como todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, tais como placa vibratória, mini rolo compactador, emulsão asfáltica, além de demais ferramentas e dispositivos indispensáveis à adequada aplicação e acabamento do material.

Ressalta-se, ainda, que, na eventual ocorrência de situações supervenientes que demandem o aumento do quantitativo, a Administração poderá promover o devido aditamento contratual, observando o limite legal de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme já realizado em exercícios anteriores, desde que devidamente justificada a necessidade.

ITEM	QUANTD.	UNID	DESCRIÇÃO ITEM
1	900	T	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA BETUMINOSA TIPO CBUQ USINADA A QUENTE FAIXA D

Considerando todo exposto, entendemos que a quantidade descrita acima assegura a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas pelo período de 12 (doze) meses,

Fundamentação legal: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

#### 5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Após levantamento de mercado efetivado, foram encontrados 04 processos análogos ao requerido, todos na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com modo de disputa aberto, sendo 02 mediante contrato e 02 mediante sistema de registro de preços, todos pela nova lei de licitações, conforme se verifica abaixo:

**Local:** Capivari/SP

**Órgão:** SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPIVARI

**Unidade compradora:** 3 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE



**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

**Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I

**Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto

**Registro de preço:** Sim

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 15/07/2025

**Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 16/07/2025 08:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 30/07/2025 07:30 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 50062751000100-1-000281/2025

**Fonte:** Obara Informática Ltda

**Objeto:**

Pregão eletrônico nº 027/2025 | Edital nº 030/2025 - Registro de preços para a contratação de serviços de tapa buraco em ruas e avenidas do município de Capivari, com a aplicação e compactação de aproximadamente 960 (novecentos e sessenta) toneladas de massa asfáltica tipo CBUQ faixa C, incluindo imprimação betuminosa ligante, pelo período de 12 (doze) meses

**Local:** Barrinha/SP

**Órgão:** MUNICIPIO DE BARRINHA

**Unidade compradora:** 1 - MUNICIPIO DE BARRINHA

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

**Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I

**Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto

**Registro de preço:** Sim

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 08/01/2026

**Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 08/01/2026 10:47 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 20/01/2026 09:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 45370087000127-1-000110/2025

**Fonte:** BR Conectado

**Objeto:**

FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA ("TAPA BURACOS" COM FORNECIMENTO DO MATERIAL) DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BARRINHA

**Local:** Tapiratiba/SP

**Órgão:** MUNICIPIO DE TAPIRATIBA

**Unidade compradora:** 020300 - OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico

**Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I

**Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto

**Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 06/08/2024

**Situação:** Divulgada no PNCP



**Data de início de recebimento de propostas:** 06/08/2024 16:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 19/08/2024 08:30 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 45742707000101-1-000022/2024

**Fonte:** EDDYDATA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

**Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA (TAPA BURACOS), COM CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), EM VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS COM ASFALTO

**Informação complementar:** A presente contratação tem por motivação a necessidade de conservação e manutenção das vias públicas municipais, visando melhorar o deslocamento e oferecer melhores condições à população, que poderá usufruir de vias mais aptas a satisfazer a necessidade constante de locomoção. Importante mencionar que as vias públicas sofrem um fluxo contínuo de tráfego de veículos, fazendo-se imperiosas as devidas conservações, de forma a manter a trafegabilidade das ruas, proporcionando mais segurança aos motoristas e pedestres.

**Local:** Araçatuba/SP

**Órgão:** MUNICIPIO DE ARACATUBA

Unidade compradora: 221 - Prefeitura Municipal de Araçatuba - SP

**Modalidade da contratação:** Concorrência - Eletrônica

**Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, II

**Tipo:** Edital

**Modo de disputa:** Aberto

**Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 23/09/2024

**Situação:** Divulgada no PNCP

**Data de início de recebimento de propostas:** 23/09/2024 18:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 03/10/2024 08:30 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 45511847000179-1-000710/2024

**Fonte:** BLL Compras

**Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS A INFRAESTRUTURA URBANA DE ÁGUAS PLUVIAIS COM RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA – RUA DOS BURITIS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL II.

**Solução 1:** Fornecimento dos serviços através de contrato(s) com entrega parcelada mediante pedidos de fornecimento.

Um dos pontos positivos é a possibilidade de aquisição do item por valor mais baixo, tendo em vista a garantia de consumo do quantitativo mais próximo do contratado, gerando assim, maior disputa de preços em razão da quantidade a ser fornecida, gerando economia aos cofres públicos. Outro aspecto positivo é a possibilidade de prorrogação sucessiva do contrato, respeitadas as disposições do art. 107 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, pois o item se trata de fornecimento contínuo.

Os pontos negativos são a maior precisão na estimativa do quantitativo, tendo em vista a obrigatoriedade de consumo de pelo menos 75% do volume contratado e a retenção de dotação orçamentária em decorrência da necessidade de empenho do valor contratado previsto para o ano fiscal.



**Solução 2:** Fornecimento dos serviços através de Ata de Registro de Preços com entrega parcelada mediante autorização de fornecimento.

Uma das vantagens dessa modalidade de fornecimento é a não obrigatoriedade de consumo total do quantitativo total, dessa forma a estimativa de quantidade não precisa ser tão precisa. Outro ponto positivo é que para ata de registro de preço o empenho acontece a cada autorização de fornecimento, não retendo assim, dotação orçamentária no valor total.

Os aspectos negativos são a possibilidade de prorrogação por apenas 1 (um) ano e a desvantagem na disputa dos preços tendo em vista que a imprevisibilidade do consumo gera uma incerteza aos licitantes, o que pode acarretar em menores descontos.

Verifica-se ainda que o material e os serviços de aplicação de CBUQ é amplamente ofertado por fornecedores no mercado nacional e apresentam características padronizadas e usuais, bem como, é possível medir o desempenho da qualidade do material por meio de parâmetros de mercado e das normas vigentes.

**Solução 3:** Outra solução seria a contratação de empresa somente para o fornecimento do CBUQ faixa D, como é feita atualmente. Ocorre que, somente do material (CBUQ) pagamos atualmente R\$ 710,91 a tonelada, considerando o pessoal que faz a aplicação dos serviços, deparamos com um problema que é a troca constante no quadro de funcionários da equipe que faz a aplicação da massa, através do contrato de prestação de serviços nº 111/2025, e ainda utilizando maquinários menores, o que resulta na maioria das vezes, num serviço de qualidade inferior, baixa durabilidade, e ainda mais em época de chuvas intensas, o reparo dos serviços com mais frequência.

Além disso, o investimento necessário para a compra dos equipamentos, somado ao prazo de entrega, aos custos de manutenção periódica, à necessidade de aquisição de seguros e à capacitação dos servidores para o manuseio seguro e eficiente das máquinas, tornaria essa solução economicamente inviável e operacionalmente menos eficiente.

A adoção desta nova modalidade de contratação se mostra vantajosa quando comparada aos contratos anteriores nº 70/2024 e nº 71/2024, referentes ao fornecimento de CBUQ, e ao contrato nº 188/2025, relativo ao fornecimento de emulsão asfáltica, os quais não serão renovados.

A soma estimada desses contratos é de R\$ 1.579.369,00, valor que serve como referência para análise da nova contratação. No entanto, a estimativa atual apresentada neste estudo (conforme item 6) é inferior, mesmo já considerando, de forma conjunta, o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Destaca-se ainda que esse valor poderá ser reduzido após a realização do processo licitatório, em razão da disputa entre os fornecedores.

Outro ponto importante que justifica a mudança está relacionado à execução dos serviços. Foi identificado um problema recorrente de alta rotatividade dos funcionários responsáveis pela aplicação da massa asfáltica, vinculados ao contrato nº 111/2025. Essa situação prejudica a continuidade dos serviços e pode impactar negativamente na qualidade da execução.

Dessa forma, a nova modalidade de contratação busca garantir maior estabilidade na equipe responsável pelos serviços, melhor qualidade na execução, maior eficiência na utilização dos materiais e, conseqüentemente, melhor atendimento ao interesse público.



## Justificativa de Adoção da Modalidade da Licitação

### Modalidade de Licitação

Considerando o objeto deste estudo, que contempla fornecimento e aplicação de material de uso comum e frequente (contínuo);

Considerando que o item já vinha sendo adquirido pela municipalidade há anos através de contrato de fornecimento apenas de material.

Considerando a possibilidade de se prever o quantitativo a ser utilizado com margem de erro inferior a 25%;

Considerando que os serviços deverão iniciar às 7h e a finalização dentro do horário comercial até às 16h;

Muito embora seja o fornecimento com a aplicação do material, importante ressaltar que os serviços serão SEM dedicação exclusiva de mão de obra, haja visto que conforme consta nos requisitos da contratação, os serviços serão SOB DEMANDA, uma vez que o município solicita a quantidade a ser aplicada e a empresa tem que iniciar os serviços às 7h, podendo finalizar o mesmo em poucas horas. E a estruturação deve focar na entrega de resultados, na não obrigatoriedade de presença contínua nas dependências da administração.

**Por fim, entendemos que a forma de contratação desta licitação deverá ser via Pregão, em sua forma Eletrônica, com modo de disputa aberto, sob o regime de prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, estabelecendo-se critérios de julgamento de menor preço unitário, mediante contrato, nos moldes da Nova Lei de Licitações de nº 14.133/2021.**

O Pregão é a modalidade de licitação a ser adotada quando o objeto licitado consistir em bem ou serviço comum. Bens e serviços comuns, conforme definição constante do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade, podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e normas, conforme objeto desta contratação.

Embora seja fornecimento e execução comumente ofertado no mercado, sabe-se que alguns riscos existem na contratação que interferem nos prazos licitatórios, tais como o não alcance dos requisitos do cliente, imprevistos com os recursos alocados, metodologia de trabalho não condizente com a realidade do processo prescrito na Lei de Licitações. Assim, a elaboração de um processo de contratação efetivo, baseado em requisitos e critérios específicos para a gestão contratual, além de um processo eficiente de escolha e gestão do fornecedor é fundamental para o sucesso da futura contratação.

### **Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.**

Por se tratar de material de uso comum e de demanda contínua, o fornecimento vinha sendo realizado por meio de contratos com vigência anual, os quais eram prorrogados, quando cabível, ou substituídos mediante a realização de novos processos licitatórios.

Entretanto, destaca-se que a presente contratação adota **nova sistemática**, não utilizada anteriormente pela Administração, passando a contemplar não apenas o fornecimento da massa asfáltica tipo CBUQ, mas também a execução dos serviços de aplicação, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e insumos necessários, tais como placa vibratória, mini rolo compactador, emulsão asfáltica, dentre outros indispensáveis à adequada execução dos serviços.



Nesse sentido, cumpre esclarecer que os contratos anteriores — a exemplo dos Contratos nº 71/2022 e nº 70/2024 — referiam-se exclusivamente ao fornecimento do material, não abrangendo os serviços de aplicação, motivo pelo qual **não há histórico contratual anterior nos moldes ora propostos**, que envolvem a contratação integrada de material, mão de obra e equipamentos.

Por fim, ressalta-se que, no que se refere aos contratos anteriormente mencionados — sendo o mais recente ainda vigente — os fornecimentos foram executados de forma satisfatória, não tendo sido aplicadas sanções administrativas às empresas contratadas, evidenciando a regularidade das contratações pretéritas, ainda que em formato distinto do atualmente proposto.

Fundamentação legal: Inciso V do § 1º do art. 18 inciso III do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que o valor total da contratação para o período de 01 (um) ano seja de **R\$ 1.380.339,00**.

Para encontrar a estimativa do valor da contratação para este estudo, considerou-se as tabelas oficiais e contrato vigente (SINAPI- Boletim referencial de custos - tabela de preços com desoneração - 12/2025, Tabela DER 31/10/2025\* Desonerada - Tabela CDHU - 200 Desonerada\*\* - contrato vigente 71/2.024 (cbuq), considerando-se o quantitativo a ser contratado.

ITEM	QTD.	UNID	DESCRIÇÃO ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	900	T	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFALTICA, FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO DA MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE CBUQ FAIXA D	R\$ 1.533,71	<b>R\$ 1.380.339,00</b>

#### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo que melhor atende as necessidades do município, encontra-se exposta nos tópicos anteriores deste E.T.P., principalmente nos tópicos 3, 4, 5 e 6.

O prazo de vigência do Contrato deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo o contrato ser prorrogado sucessivamente, respeitando a **vigência máxima decenal**, nos termos dos **arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021**, visto se tratar de fornecimento contínuo.

A caracterização do objeto como fornecimento contínuo se justifica pela natureza permanente e imprevisível da demanda relacionada à operação tapa-buracos nas vias públicas do município. A deterioração do pavimento asfáltico ocorre de forma constante, em decorrência do tráfego de





veículos, das condições climáticas, como chuvas e variações de temperatura, além do desgaste natural das vias, ocasionando o surgimento frequente de buracos em locais distintos e ao longo de todo o período.

Dessa forma, os serviços de manutenção viária exigem atendimento contínuo, a fim de garantir a segurança dos usuários, a adequada trafegabilidade e a preservação do patrimônio público. A eventual interrupção no fornecimento de materiais ou na execução dos serviços pode gerar riscos à população, além de acarretar aumento de custos futuros com intervenções mais complexas.

Diante de todo o exposto, a contratação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, mediante instrumento contratual, é a condição adequada para o alcance dos objetivos traçados por este Município, balizados pela economia e pelo uso consciente dos itens adquiridos na esfera da Administração Pública, conforme demais requisitos, justificativas e comprovações descritas neste estudo técnico.

Fundamentação legal: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O não parcelamento dos serviços é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços.

Considerando a natureza dos serviços, bem como todas as peculiaridades necessárias na execução das atividades, torna-se prudente e coerente que os serviços sejam prestados por uma única empresa, de conformidade com o entendimento firmado pela Egrégia Corte de Contas, consignado no Acórdão/TCU 1214/2013 – Plenário: “o parcelamento de serviços não especializados, por exemplo, limpeza, jardinagem, copeirarem, garçom, deve ser evitado”.

Na perspectiva técnica e econômica, serviços de natureza continuada não especializados, como o de ajudante geral, dentre outros, não devem ser divididos, tendo em vista sua baixa complexidade técnica, com menor nível de especialização. Tal fato ocorre porque as empresas que atuam no mercado prestam esses tipos de serviço, sendo especializadas, não em algum deles especificamente, mas na Administração de mão de obra. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade das licitações e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o custo fixo por posto de trabalho será maior e ainda haverá perda a economia da escala, considerando, por exemplo, que quanto maior o tipo de contrato, menores são os custos fixos por posto de trabalho uma vez que o tamanho do objeto tornar-se menor, devido à possível opção pelo parcelamento do objeto, promoverá menos interesse por parte de eventuais empresas experientes e plenamente capazes de prestar os serviços pretendidos pela Administração, reduzindo assim a competitividade entre as mesmas e favorecendo empresas com um risco maior de inexecução do contrato, além da insuficiente quantidade de servidores devidamente capacitados para gerir, de forma qualificada e eficaz, os diferentes contratos resultantes de licitação com solução em várias parcelas contratuais e com diferentes características operacionais.



Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a Administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Fundamentação legal: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a contratação suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas com serviços de aplicação e fornecimento de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) a fim de proporcionar condições adequadas para a realização da manutenção das vias pavimentadas municipais. Ademais, garantir os benefícios diretos e indiretos que a Prefeitura almeja com esta contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a possíveis impactos ambientais, que estão contemplados neste estudo preliminar.

Conforme já informado acima, na necessidade da contratação, para que a Prefeitura ofereça um serviço público de qualidade e efetivo é imprescindível que as vias públicas proporcionem condições seguras de tráfego como cumprimento de sua missão como órgão da administração pública.

Pretende-se ainda, que durante a sessão seja selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, tanto em relação aos custos quanto em relação aos aspectos qualitativos dos serviços adquiridos durante todo o processo.

### Indicadores de desempenho da contratação

O desempenho da contratação deverá ser medido a cada recebimento de pedido, bem como a execução diária dos serviços quando será verificado se a contratada cumpriu com as especificações, prazos e quantidades solicitadas.

Fundamentação legal: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As providências tomadas pelo município para o contrato ainda vigente e que deverão ser mantidas ao novo contrato são a manutenção de funcionário para conferir e receber o material no horário das 07h às 9h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados ou pontos facultativos e o acompanhamento do mesmo até a finalização do descarregamento e execução dos serviços.

Outra providência a ser tomada pela Administração é a nomeação de fiscais técnicos e administrativos para fiscalização do(s) contrato(s), bem como será definida a parcela de responsabilidade de cada um.

Considerando a presente contratação, em princípio, entende-se, ainda assim, como medida de prudência e boa prática administrativa, a inclusão de matriz de risco no instrumento contratual.

Tal medida visa conferir maior segurança jurídica às partes, bem como estabelecer, de forma clara, a alocação de responsabilidades diante de possíveis intercorrências.



Ademais, o Município procederá à verificação de cada entrega efetuada e, sempre que constatadas irregularidades, serão prontamente solicitadas as providências cabíveis à Contratada, de modo a assegurar o fiel cumprimento do objeto e a adequada prestação dos serviços.

**MATRIZ DE RISCOS**

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCUÇÃO
Operacional	Atraso no atendimento das demandas	Demandas não atendidas no prazo	Definição de prazos de execução a serem reprogramados de acordo com as demandas de serviços do município	Contratada
Técnico	Fornecimento fora das especificações	Material rejeitado	Exigência das procedências do material conforme já descritos neste ETP	Contratada
Operacional	Execução inadequada	Necessidade de retrabalho	Fiscalização dos materiais e serviços executados	Compartilhada
Técnico	Baixa durabilidade	Reaparecimento de buracos	Fiscalização na execução tanto da base quanto da aplicação de cbug	Compartilhada
Operacional	Interrupção dos serviços	Paralisação	Plano de contingência para continuidade dos serviços respeitando as demandas do município.	Contratada
Ambiental	Condições climáticas ou outros	Impossibilidade de execução	Reprogramação dos serviços	Compartilhado
Segurança	Risco aos usuários	Acidentes	Sinalização adequada	Contratada
Segurança do Trabalho	Acidentes com trabalhadores	Ocorrências de acidentes	Uso de EPIs	Contratada
Gestão	Rotatividade da equipe	Queda de qualidade	Equipe mínima	Contratada
Caso fortuito ou força maior	Situações dos serviços que configurem caso fortuito ou força	Impossibilidade de continuidade parcial ou total da execução dos	Reequilíbrio econômico-financeiro e/ou prorrogação do	Contratante



	maior	serviços	prazo execução serviços	de dos	
--	-------	----------	-------------------------------	-----------	--

No mais, não foi verificada nenhuma restrição interna de caráter técnico, operacional que possa dificultar a prática da solução a ser contratada.

Fundamentação legal: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Existe atualmente contratação no Município correlata a pretendida através do contrato nº 111/2025 cujo objeto é a (Prestação de serviços de diversos tipos na secretaria municipal de obras e vias públicas, incluindo a preparação de solo e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), conservação de vias públicas, manutenções em prédios públicos, bem como com o fornecimento de insumos, ferramentas, equipamentos, veículos e afins necessários e adequados, além do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individuais e coletivos para a perfeita execução dos serviços), sendo esta equipe responsável pela aplicação do CBUQ na operação tapa buracos. Tendo em vista que o contrato n.º 71/2024 (fornecimento de CBUQ), tem o seu término de vigência previsto para dia 28 de maio de 2026, após esta nova contratação a equipe continuará prestando os serviços somente na preparação e adequação da base onde será recebido o CBUQ fornecido e aplicado pela empresa vencedora deste novo processo licitatório e terá sua continuidade de fornecimento pelo futuro contrato gerado a partir deste estudo.

Fundamentação legal: Inciso XI do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do §2º do art.4º do Decreto Municipal nº3.830 de 11 de setembro de 2023.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) pode ter diversos impactos ambientais, que podem variar dependendo de fatores como as práticas de produção dos materiais, os métodos de aplicação, as condições locais e a gestão de resíduos. Abaixo estão alguns possíveis impactos ambientais associados à aquisição desses materiais:

**Consumo de Recursos Naturais:** A produção de CBUQ requer o uso de recursos naturais, como agregados minerais, betume e outros materiais. O uso excessivo desses recursos pode levar à degradação de habitats naturais, esgotamento de recursos não renováveis e impactos negativos na biodiversidade local.

**Emissões de Gases de Efeito Estufa:** A produção e aplicação de CBUQ pode resultar na emissão de gases de efeito estufa, incluindo dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases associados à queima de combustíveis fósseis durante o processo de aquecimento do betume e o transporte dos materiais.

**Poluição do Ar e da Água:** A aplicação de CBUQ pode gerar poluentes atmosféricos, como material particulado, óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>) e compostos orgânicos voláteis (COVs), que podem afetar a qualidade do ar local e contribuir para problemas de saúde pública. Além disso,



a lavagem de equipamentos e resíduos de construção pode contaminar as águas superficiais e subterrâneas.

**Geração de Resíduos:** O processo de aplicação de CBUQ pode gerar resíduos sólidos, como asfalto fresado e embalagens de materiais. A gestão inadequada desses resíduos pode resultar em acumulação de lixo, contaminação do solo e impactos negativos na paisagem.

**Alterações no Uso do Solo:** A construção e manutenção de estradas utilizando CBUQ podem causar alterações no uso do solo, incluindo o desmatamento de áreas naturais, a fragmentação de habitats e a perda de áreas agrícolas ou de conservação.

**Impactos sobre a Biodiversidade:** A alteração do ambiente causada pela construção e manutenção de estradas pode afetar a biodiversidade local, incluindo a fauna e a flora. Isso pode resultar na perda de habitats naturais, deslocamento de espécies e introdução de espécies invasoras.

Para mitigar esses impactos ambientais, é importante adotar práticas sustentáveis de produção e aplicação de CBUQ, como a utilização de materiais reciclados, a redução do consumo de recursos naturais, o controle de emissões atmosféricas, a implementação de medidas de controle de erosão e sedimentação, a gestão adequada de resíduos e a adoção de técnicas de construção que minimizem o impacto sobre o meio ambiente.

Além disso, é essencial realizar uma avaliação ambiental completa dos projetos de construção e manutenção de estradas para identificar e mitigar os impactos ambientais potenciais.

Cabe ainda nos critérios de sustentabilidade:

**Uso de Matéria-prima sustentável:** Priorizar fornecedores que utilizam matérias-primas provenientes de fontes renováveis ou recicladas na produção da massa asfáltica. Isso pode incluir a incorporação de materiais reciclados de pavimentos antigos, como asfalto fresado, em novas misturas asfálticas.

**Eficiência energética na produção:** Avaliar o consumo de energia durante o processo de produção da massa asfáltica. Fornecedores que utilizam tecnologias mais eficientes ou fontes de energia renovável podem ser preferidos.

**Redução das emissões de gases de efeito estufa:** Considerar o impacto das emissões de CO<sub>2</sub> e outros gases de efeito estufa associados à produção e transporte da massa asfáltica. Fornecedores que adotam práticas para reduzir essas emissões, como a utilização de tecnologias mais limpas ou a otimização das rotas de transporte, podem ser favorecidos.

**Durabilidade e vida útil:** Priorizar misturas asfálticas que tenham uma vida útil mais longa e exigem menos manutenção ao longo do tempo. Isso pode ajudar a reduzir o consumo de recursos naturais e a quantidade de resíduos gerados com a substituição frequente do pavimento.

**Práticas de gestão de resíduos:** Avaliar as práticas de gestão de resíduos adotadas pelo fornecedor durante a produção da massa asfáltica. Isso inclui a minimização de resíduos, a reciclagem de materiais descartados e o descarte adequado de resíduos perigosos.



Impacto na biodiversidade: Considerar o impacto da extração de matérias-primas utilizadas na produção da massa asfáltica na biodiversidade local. Fornecedores que implementam medidas para proteger habitats naturais e minimizar o impacto na fauna e flora podem ser preferidos.

Transparência e responsabilidade social: Avaliar o compromisso do fornecedor com a transparência e a responsabilidade social em toda a cadeia de suprimentos. Isso inclui práticas éticas de trabalho e respeito aos direitos humanos.

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

### **13. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA**

Neste caso não existe a possibilidade de contratação de pessoa física para fornecimento dos itens.

Fundamentação: Inciso IX do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

### **14. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS**

Não se aplica a este objeto de estudo.

Fundamentação: Quando o objeto for a locação de imóveis, deverá considerar tudo o que está disposto no inciso X do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023.

### **15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Considerando a responsabilidade da Prefeitura Municipal em manter a trafegabilidade nas vias públicas do município;

Considerando a necessidade de ampliar a vida útil dos pavimentos adiando ao máximo sua deterioração;

Considerando tratar-se de serviço e material comum, com necessidade de execução e entregas parceladas e frequentes para atender demandas desta Secretaria.

O estudo técnico preliminar evidencia que a solução escolhida se mostra administrativa e tecnicamente possível e viável, fundamentada e alinhada ao cumprimento das metas desta Prefeitura.

Justificativa da viabilidade:

Conforme demonstrado neste estudo, a contratação é uma necessidade do órgão, bem como é oferecido por diversas empresas no mercado, permitindo a obtenção de ampla disputa





assegurando à Administração a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

A contratação alinha-se às finalidades da administração e é viável do ponto de vista administrativo, ambiental, econômico e estratégico, conforme demonstra este estudo.

Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados.

A quantidade sugerida para contratação está coerente com a demanda e com o histórico de consumo, inclusive com os acréscimos previstos.

O estudo indica a inviabilidade do parcelamento da solução e define os resultados pretendidos com a contratação.

A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

**Portanto se conclui pela licitação, na forma Eletrônica, por meio de pregão, do tipo menor preço por item, no modo de disputa aberto, mediante contrato de fornecimento contínuo.**

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VI do § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.830 de 11 de setembro de 2023).

#### 16. FONTE DE RECURSO

A contratação será custeada com recursos do Tesouro

#### 17. RESPONSÁVEL(EIS)

Portanto, conclui pela viabilidade técnica e econômica da contratação, nos moldes descritos neste Estudo Técnico Preliminar.

Pedreira (SP), 02 de março de 2026.

José Rafael Fabrin

**Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar**



## ANEXO II

## MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QTDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	CAMINHAO BASCULANTE 12M3 COND. D	H	1	R\$	R\$
02	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3	R\$	R\$
03	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	R\$
04	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN7,7T COND.D	H	1	R\$	R\$
05	PLACA VIBRATÓRIA IMPACTO DE 1.700 KG, COM MOTOR DIESEL, OU GASOLINA, OU ELÉTRICO, REF. PLACA VIBRATORIA DYNAPAC CM13 DA FLYGT DO BRASIL OU EQUIVALENTE	H	1	R\$	R\$
06	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	m²	1	R\$	R\$
07	CBUQ MASSA ASFÁLTICA	Ton	1	R\$	R\$
VALOR UNITÁRIO REFERENTE A 1 (UMA) TONELADA APLICADA COM TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS				R\$	
VALOR TOTAL REFERENTE A 900 (NOVECENTAS) TONELADAS APLICADAS COM TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS				R\$	

**Obs: Item 07 (CBUQ MASSA ASFÁTICA): Procedência:**

A proposta deverá estar em papel timbrado da proponente e vir assinada pelo(a) seu(ua) representante legal, onde deverá constar as seguintes informações:

- Razão Social, endereço completo, CNPJ, E-mail e telefone para contato;
- Número do Pregão Eletrônico e Processo Licitatório;
- Apresentar o(s) endereço de e-mail(s) para comunicação;

**- Validade da proposta: não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias;**

- Declarar, sob penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência, e esta licitante está ciente de todas as informações do edital e seus anexos.



## ANEXO III

## MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

## MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

(Processo Administrativo nº 4.894/2026)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../...., QUE FAZEM ENTRE  
SI O MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E .....**

O Município de Pedreira/SP por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no Diário Oficial do Município em ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 12/2026 – Processo Licitatório nº 20/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de recuperação asfáltica destinada a cumprir o programa de tapa buracos das vias públicas do município de Pedreira/SP que consiste no fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais para aplicação da massa asfáltica usinada a quente CBUQ faixa D, necessários para garantir as condições adequadas e indispensáveis para o trânsito seguro, em atendimento as ODS(s): ODS 9: indústria, inovação e infraestrutura - ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01	CAMINHAO BASCULANTE 12M3 COND. D	H	1	R\$	R\$
02	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3	R\$	R\$
03	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	R\$
04	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN7,7T COND.D	H	1	R\$	R\$
05	PLACA VIBRATÓRIA IMPACTO DE 1.700 KG, COM MOTOR	H	1	R\$	R\$



	DIESEL, OU GASOLINA, OU ELÉTRICO, REF. PLACA VIBRATORIA DYNAPAC CM13 DA FLYGT DO BRASIL OU EQUIVALENTE				
06	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	m <sup>2</sup>	1	R\$	R\$
07	CBUQ MASSA ASFÁLTICA	Ton	1	R\$	R\$
<b>VALOR UNITÁRIO REFERENTE A 1 (UMA) TONELADA APLICADA COM TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS</b>				<b>R\$</b>	
<b>VALOR TOTAL REFERENTE A 900 (NOVECENTAS) TONELADAS APLICADAS COM TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS</b>				<b>R\$</b>	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo o(s) contrato(s) ser(em) prorrogado(s) sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, visto o objeto se enquadrar como contínuo, conforme mostrado no estudo técnico preliminar.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o contratado ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**MATRIZ DE RISCO:** Será conforme descrito no **ANEXO VII**.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor global da contratação é de R\$...... (.....), constante na cláusula 1.2. deste Contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. As medições serão realizadas quinzenalmente.

6.2. Os pagamentos serão efetuados diretamente pelo CONTRATANTE, por meio de sua Tesouraria.

6.3. A empresa deverá antes da emissão da Nota Fiscal/Fatura, encaminhar aos fiscais do contrato a medição quinzenal, em planilhas discriminadas com os endereços onde foram executados os serviços juntamente com a quantidade de toneladas utilizadas em cada local, e aguardar a conferência e autorização, cujo prazo de verificação será de até 05 (cinco) dias úteis, onde o aceite importará na autorização da emissão da nota fiscal, e o pagamento ocorrerá em **até 30 (trinta) dias da liquidação da nota fiscal**.

6.4. O prazo para liquidação da nota fiscal será em até **10 (dez) dias**, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

6.5. Cabe destacar que no caso de não aprovação, será garantido o contraditório e ampla defesa, e no caso de erros, será considerado o mesmo prazo para reanálise.

6.6. A medição/nota fiscal deverão vir autorizadas pelo(a)(s) responsável(is) pela fiscalização da obra, sendo que tais documentos deverão vir com o aceite dos fiscais do contrato.

6.7. Observa-se que no caso de atraso dos serviços por culpa da **CONTRATADA**, somente será permitida emissão de Nota Fiscal após concluída a etapa em que o cronograma tem que estar.

6.8. Em caso de atraso no pagamento devido à **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.



6.9. Nos termos do **art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014**, será exigido da contratada quando o pagamento for realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

6.10. **Os serviços objetos do presente contrato administrativo ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil ou superveniente, que altera a Instrução Normativa nº 1.234/2012), para a matéria.**

6.11. **As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.**

6.12. **Uma cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) realizada pelo contratante Prefeitura Municipal de Pedreira/SP será entregue ao contratado em até 60 (sessenta) dias após sua transmissão eletrônica à Receita Federal do Brasil.**

6.13. **Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, sendo vedada a emissão de boleto(s) bancário(s), cujos dados bancários da contratada deverão constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) emitida(s).**

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, estimado em **25/03/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Além do que consta no termo de referência, o contratante deverá:

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;





- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de **01 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



Além do que consta no termo de referência, o contratado deverá:

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, inclusive as constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas



as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.



9.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.32. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.34. Utilizar, se for o caso, somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente



Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.35.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.36.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.36.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.36.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.36.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.36.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.



9.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.38. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver





necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade ....., em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.



11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias úteis;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



a) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1., a multa será de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos



lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.12. Ademais, deverão ser observadas, também, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no **Decreto Municipal nº 4.240 de 24 de junho de 2025, Anexo V** deste edital.

12.13. As sanções de que trata o subitem anterior serão aplicadas garantindo-se o exercício de prévia e ampla defesa, e serão registradas no SICAF, na Relação de Apenados deste Tribunal de Contas, nos termos das Instruções nº 1/2024, e no sítio <https://www.esancoes.sp.gov.br>.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das Dotações Orçamentárias nº:

**Unidade:** 021301 DIV. OBRAS E CONS. DE VIAS URB. E RURAIS

**Funcional:** 15.451.0013.2142.0000 Gestão da Conservação de Ruas, Avenidas e Vicinais

**Categoria Econômica:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 0 0100

**Código de Aplicação:** 110 000

**Ficha nº:** 1243

**Nº da reserva:** 276

**Valor Reservado:** R\$ 805.197,75 - **VALOR RESERVADO PARA 240 DIAS, RESTANTE PARA OS PRÓXIMOS MESES.**

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no **prazo máximo de 1 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pedreira, ... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**ANEXO IV**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2026**

**CONTRATANTE:** Município de Pedreira/SP

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA DESTINADA A CUMPRIR O PROGRAMA DE TAPA BURACOS DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP QUE CONSISTE NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO DA MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE CBUQ FAIXA D, NECESSÁRIOS PARA GARANTIR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS E INDISPENSÁVEIS PARA O TRÂNSITO SEGURO, EM ATENDIMENTO AS ODS(S): ODS 9: INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA - ODS 11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL(IS) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).

## ANEXO V

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA					<div> Pedreira Trabalhando por Você</div> <div></div>	
COMPOSIÇÃO ORÇAMENTARIA						
Projeto		COMPOSIÇÃO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E CBUQ				
Proprietário		Prefeitura Municipal de Pedreira			FL-01/01	Data 25/03/2026
Local		MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP				
ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01.00	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA APLICAÇÃO DE CBUQ COM MATERIAL INCLUSO					
1.1	72.09.04.99.04*	CAMINHAO BASCULANTE 12M3 COND. D	H	1,00	R\$ 417,37	R\$ 417,37
1.2	88241	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	R\$ 30,72	R\$ 92,16
1.3	88281	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,00	R\$ 38,43	R\$ 38,43
1.4	72.45.02.99.04*	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN7,7T COND.D	H	1,00	R\$ 237,20	R\$ 237,20
1.5	S.01.000.080334**	Placa vibratória impacto de 1.700 kg, com motor diesel, ou gasolina, ou elétrico, ref. Placa Vibratoria Dynapac CM13 da Flygt do Brasil ou equivalente	H	1,00	R\$ 30,99	R\$ 30,99
1.6	54.03.230**	Imprimação betuminosa ligante	m²	1,00	R\$ 6,65	R\$ 6,65
1.7	CONTRATO VIGENTE	CBUQ MASSA ASFÁLTICA CONTRATO 71/2024	Ton	1,00	R\$ 710,91	R\$ 710,91
VALOR TOTAL REFERENTE A 1 (UMA) TONELADA APLICADA COM TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS						R\$ 1.533,71
SINAPI- Boletim referencial de custos - tabela de preços com desoneração - 12/2025, Tabela DER 31/10/2025* Desonerada - Tabela CDHU - 200 Desonerada** - Contrato vigente 71/2.024 (cbuq).						

72.05.03.99.04	BOMBA DREN.SUBMER.ELETR.144M3/H COND. D	hora	62,74
72.05.04.99.01	BOMBA DREN.SUBMER.ELETR.180M3/H COND. A	hora	41,92
72.05.04.99.02	BOMBA DREN.SUBMER.ELETR.180M3/H COND. B	hora	16,25
72.05.04.99.03	BOMBA DREN.SUBMER.ELETR.180M3/H COND. C	hora	41,58
72.05.04.99.04	BOMBA DREN.SUBMER.ELETR.180M3/H COND. D	hora	73,56
72.05.05.99.01	BOMBA DREN.SUB.GAS.60.000L/H COND. A	hora	32,22
72.05.05.99.02	BOMBA DREN.SUB.GAS.60.000L/H COND. B	hora	0,38
72.05.05.99.03	BOMBA DREN.SUB.GAS.60.000L/H COND. C	hora	9,38
72.05.05.99.04	BOMBA DREN.SUB.GAS.60.000L/H COND. D	hora	41,36
72.06.01.99.01	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.1M3/H COND.A	hora	73,69
72.06.01.99.02	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.1M3/H COND.B	hora	49,56
72.06.01.99.03	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.1M3/H COND.C	hora	166,77
72.06.01.99.04	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.1M3/H COND.D	hora	214,35
72.06.02.99.01	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.3M3/H COND.A	hora	91,55
72.06.02.99.02	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.3M3/H COND.B	hora	83,47
72.06.02.99.03	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.3M3/H COND.C	hora	130,16
72.06.02.99.04	BOMBA INJ.PROJ.NATA CIM.ARG.3M3/H COND.D	hora	177,74
72.06.03.99.01	BOM.INJ.PROJ.CONCR.35M3/H COND. A	hora	123,89
72.06.03.99.02	BOM.INJ.PROJ.CONCR.35M3/H COND. B	hora	144,84
72.06.03.99.03	BOM.INJ.PROJ.CONCR.35M3/H COND. C	hora	374,46
72.06.03.99.04	BOM.INJ.PROJ.CONCR.35M3/H COND. D	hora	422,04
72.06.04.99.01	BOMBA PROJECÃO DE CONC.MAN.10M3/H COND.A	hora	105,22
72.06.04.99.02	BOMBA PROJECÃO DE CONC.MAN.10M3/H COND.B	hora	109,41
72.06.04.99.03	BOMBA PROJECÃO DE CONC.MAN.10M3/H COND.C	hora	338,89
72.06.04.99.04	BOMBA PROJECÃO DE CONC.MAN.10M3/H COND.D	hora	386,47
72.06.05.99.01	BOM.PROJ.CONC.C/LANCA TEL.23M3/H COND.A	hora	595,66
72.06.05.99.02	BOM.PROJ.CONC.C/LANCA TEL.23M3/H COND.B	hora	1.040,35
72.06.05.99.03	BOM.PROJ.CONC.C/LANCA TEL.23M3/H COND.C	hora	1.623,90
72.06.05.99.04	BOM.PROJ.CONC.C/LANCA TEL.23M3/H COND.D	hora	1.671,49
72.07.01.99.01	BOMBA HIDRAULICA PARA PROTENSAO COND.A	hora	57,12
72.07.01.99.02	BOMBA HIDRAULICA PARA PROTENSAO COND.B	hora	20,24
72.07.01.99.03	BOMBA HIDRAULICA PARA PROTENSAO COND.C	hora	21,42
72.07.01.99.04	BOMBA HIDRAULICA PARA PROTENSAO COND.D	hora	69,01
72.08.01.99.01	CAMINHAO IRRIGADEIRA 6000L COND. A	hora	96,58
72.08.01.99.02	CAMINHAO IRRIGADEIRA 6000L COND. B	hora	112,49
72.08.01.99.03	CAMINHAO IRRIGADEIRA 6000L COND. C	hora	266,15
72.08.01.99.04	CAMINHAO IRRIGADEIRA 6000L COND. D	hora	306,55
72.08.02.99.01	CAMINHAO IRRIGADEIRA 9000L COND. A	hora	100,30
72.08.02.99.02	CAMINHAO IRRIGADEIRA 9000L COND. B	hora	119,94
72.08.02.99.03	CAMINHAO IRRIGADEIRA 9000L COND. C	hora	282,82
72.08.02.99.04	CAMINHAO IRRIGADEIRA 9000L COND. D	hora	323,23
72.09.01.99.01	CAMINHAO BASCULANTE 5M3 COND. A	hora	93,74
72.09.01.99.02	CAMINHAO BASCULANTE 5M3 COND. B	hora	101,45
72.09.01.99.03	CAMINHAO BASCULANTE 5M3 COND. C	hora	248,31
72.09.01.99.04	CAMINHAO BASCULANTE 5M3 COND. D	hora	288,71
72.09.02.99.01	CAMINHAO BASCULANTE 8M3 COND. A	hora	100,00
72.09.02.99.02	CAMINHAO BASCULANTE 8M3 COND. B	hora	113,37
72.09.02.99.03	CAMINHAO BASCULANTE 8M3 COND. C	hora	317,02
72.09.02.99.04	CAMINHAO BASCULANTE 8M3 COND. D	hora	357,43
72.09.04.99.01	CHAS.BASC.12M3 C-A	hora	131,52
72.09.04.99.02	CHAS.BASC.12M3 C-B	hora	173,32
72.09.04.99.03	CHAS.BASC.12M3 C-C	hora	376,97
72.09.04.99.04	CAMINHAO BASCULANTE 12M3 COND. D	hora	417,37
72.10.01.99.01	CAMINHAO BASC.FORA ESTR. 18,3M3 COND. A	hora	171,03
72.10.01.99.02	CAMINHAO BASC. FORA ESTR. 18,3M3 COND. B	hora	209,03
72.10.01.99.03	CAMINHAO BASC. FORA ESTR. 18,3M3 COND. C	hora	564,03
72.10.01.99.04	CAMINHAO BASC.FORA ESTR. 18,3M3 COND. D	hora	616,37
72.11.01.99.01	CAMINHAO BETONEIRA 5M3 COND. A	hora	122,66

RELATÓRIO DE CUSTOS DE COMPOSIÇÕES | Encargos sociais SEM desoneração: Mensalista: 71,54% | Mês de Referência: 12/2025  
Localidade: SAO PAULO - SP | Encargos sociais COM desoneração: Horista: 92,70% | Mensalista: 53,38% | Data de emissão: 09/01/2026

Código	Descrição da Composição	Unid.	Custo Total (R\$)		
			SEM desoneração	%AS	COM desoneração %AS
88241	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,72	-	28,43 -
101377	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.496,55	-	5.093,33 -
88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	33,27	-	30,69 -
100301	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,08	-	32,50 -
101378	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.278,67	-	5.828,74 -
101379	AJUDANTE DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.927,68	-	5.478,84 -
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,16	-	29,69 -
101380	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.745,34	-	5.313,85 -
90766	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	46,24	-	42,17 -
93563	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8.196,96	-	7.483,49 -
90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	48,29	-	44,00 -
93564	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8.528,73	-	7.780,14 -
88245	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,33	-	32,53 -
101381	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.297,69	-	5.809,67 -
90768	ARQUITETO DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	130,04	-	116,99 -
90769	ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	136,84	-	123,07 -
90770	ARQUITETO DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	145,83	-	131,12 -
93569	ARQUITETO JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	22.828,87	-	20.544,61 -
93570	ARQUITETO PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	24.016,35	-	21.606,37 -
93571	ARQUITETO SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	25.588,86	-	23.012,41 -
101382	ASSENTADOR DE MANILHAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.674,85	-	5.228,73 -
88246	ASSENTADOR DE TUBOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	31,88	-	29,33 -
100303	AUXILIAR DE AZULEJISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,69	-	28,39 -
101383	AUXILIAR DE AZULEJISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.486,41	-	5.084,28 -
88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	33,84	-	31,21 -
88248	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,70	-	30,11 -
101384	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.824,55	-	5.373,54 -
90772	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,76	-	37,26 -
93566	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.240,21	-	6.628,03 -
101385	AUXILIAR DE LABORATORISTA DE SOLOS E DE CONCRETO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8.822,68	-	8.042,97 -
88249	AUXILIAR DE LABORATÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	49,84	-	45,39 -
88250	AUXILIAR DE MECÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,00	-	29,43 -
101386	AUXILIAR DE MECÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.700,66	-	5.251,82 -
101387	AUXILIAR DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.937,90	-	5.487,97 -
88251	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	33,19	-	30,62 -
88252	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	30,63	-	28,34 -
101388	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.476,21	-	5.073,22 -
88253	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,18	-	40,31 -
101389	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.829,90	-	7.153,61 -
101390	AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.915,90	-	7.230,46 -
88255	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,66	-	40,75 -
88256	AZULEJISTA OU LADRILHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,41	-	32,61 -





RELATÓRIO DE CUSTOS DE COMPOSIÇÕES

Encargos sociais SEM desoneração:

Horista: 115,48%

Mensalista: 71,54%

Mês de Referência: 12/2025

Localidade: SAO PAULO – SP

Encargos sociais COM desoneração:

Horista: 92,70%

Mensalista: 53,38%

Data de emissão: 09/01/2026

Código	Descrição da Composição	Unid.	Custo Total (R\$)		
			SEM desoneração	%AS	COM desoneração %AS
93568	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	33.142,55	-	29.766,43 -
88269	GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,33	-	32,53 -
101407	GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.297,69	-	5.809,67 -
88270	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,58	-	32,76 -
101408	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.330,96	-	5.839,41 -
102919	INSTALADOR DE PISO ELEVADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	-	-	- -
101409	INSTALADOR DE TUBULAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.474,79	-	6.838,12 -
88441	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,14	-	29,69 -
101410	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.749,13	-	5.319,18 -
88272	MACARIQUEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,13	-	36,04 -
88273	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35,19	-	32,39 -
101413	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.266,64	-	5.777,44 -
101414	MARMORISTA / GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.476,30	-	5.969,36 -
88274	MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	36,35	-	33,45 -
101412	MAÇARIQUEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.970,79	-	6.430,22 -
101415	MECÂNICO DE EQUIPAMENTOS PESADOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8.826,08	-	8.046,36 -
100308	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,48	-	40,72 -
101416	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.875,47	-	7.220,92 -
88275	MECÂNICO DE EQUIPAMENTOS PESADOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	49,87	-	45,42 -
90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	85,00	-	76,88 -
94295	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	14.934,76	-	13.517,81 -
88277	MONTADOR (TUBO AÇO/EQUIPAMENTOS) COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	42,20	-	38,55 -
100307	MONTADOR DE ELETROELETRÔNICOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,13	-	40,41 -
101417	MONTADOR DE ELETROELETRÔNICOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.808,16	-	7.160,74 -
88278	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	34,59	-	31,76 -
101418	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.152,19	-	5.655,53 -
105535	MONTADOR DE FÔRMAS DO SISTEMA DE PAREDES DE CONCRETO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	-	-	- -
101419	MONTADOR DE MÁQUINAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.300,77	-	6.707,06 -
88279	MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	41,75	-	38,28 -
88281	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	38,43	-	35,18 -
93558	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.628,08	-	6.081,04 -
101420	MOTORISTA DE CAMINHÃO BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.830,65	-	6.262,17 -
101421	MOTORISTA DE CAMINHÃO CARRETA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.887,98	-	7.207,56 -
88282	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	37,28	-	34,16 -
88283	MOTORISTA DE CAMINHÃO E CARRETA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,47	-	40,59 -
101422	MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.765,01	-	5.309,35 -
88284	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,34	-	29,75 -
101424	MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHÃO COM MUNK COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	7.304,32	-	6.685,69 -
88286	MOTORISTA OPERADOR DE MUNK COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	41,22	-	37,69 -
88288	NIVELADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	31,81	-	29,25 -
101425	NIVELADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5.671,36	-	5.223,59 -
101426	OPERADOR DE BATE-ESTACA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6.949,20	-	6.368,17 -

72.42.01.99.02	PERFURATRIZ MANUAL COND. B	hora	6,12
72.42.01.99.03	PERFURATRIZ MANUAL COND. C	hora	95,15
72.42.01.99.04	PERFURATRIZ MANUAL COND. D	hora	135,55
72.42.02.99.01	PERFURATRIZ S/ESTEIRA COND. A	hora	350,67
72.42.02.99.02	PERFURATRIZ S/ESTEIRA COND. B	hora	573,15
72.42.02.99.03	PERFURATRIZ S/ESTEIRA COND. C	hora	912,77
72.42.02.99.04	PERFURATRIZ S/ESTEIRA COND. D	hora	953,17
72.42.03.99.01	PERFURATRIZ JUMBO 3 BRACOS COND. A	hora	705,80
72.42.03.99.02	PERFURATRIZ JUMBO 3 BRACOS COND. B	hora	1.298,49
72.42.03.99.03	PERFURATRIZ JUMBO 3 BRACOS COND. C	hora	1.697,90
72.42.03.99.04	PERFURATRIZ JUMBO 3 BRACOS COND. D	hora	1.738,31
72.42.04.99.01	SONDA ROTATIVA COND. A	hora	106,36
72.42.04.99.02	SONDA ROTATIVA COND. B	hora	144,73
72.42.04.99.03	SONDA ROTATIVA COND. C	hora	151,17
72.42.04.99.04	SONDA ROTATIVA COND. D	hora	191,57
72.42.05.99.01	PERFURADOR/CINZAL DE BAIXO PESO COND. A	hora	36,83
72.42.05.99.02	PERFURADOR/CINZAL DE BAIXO PESO COND. B	hora	11,04
72.42.05.99.03	PERFURADOR/CINZAL DE BAIXO PESO COND. C	hora	11,04
72.42.05.99.04	PERFURADOR/CINZAL DE BAIXO PESO COND. D	hora	43,02
72.43.01.99.01	RETROESCAV./CARREGADEIRA 0,77M3 COND. A	hora	87,39
72.43.01.99.02	RETROESCAV./CARREGADEIRA 0,77M3 COND. B	hora	84,66
72.43.01.99.03	RETROESCAV./CARREGADEIRA 0,77M3 COND. C	hora	174,99
72.43.01.99.04	RETROESCAV./CARREGADEIRA 0,77M3 COND. D	hora	215,39
72.44.01.99.01	ROCADEIRA MANUAL GASOLINA COND. A	hora	0,55
72.44.01.99.02	ROCADEIRA MANUAL GASOLINA COND. B	hora	1,25
72.44.01.99.03	ROCADEIRA MANUAL GASOLINA COND. C	hora	2,26
72.44.01.99.04	ROCADEIRA MANUAL GASOLINA COND. D	hora	2,26
72.44.02.99.01	ROCADEIRA MANUAL ELETRICA COND. A	hora	0,14
72.44.02.99.02	ROCADEIRA MANUAL ELETRICA COND. B	hora	0,31
72.44.02.99.03	ROCADEIRA MANUAL ELETRICA COND. C	hora	1,28
72.44.02.99.04	ROCADEIRA MANUAL ELETRICA COND. D	hora	1,28
72.44.03.99.01	ROCADEIRA ADAPT.P/TRAT.AGRIC.COND. A	hora	2,51
72.44.03.99.02	ROCADEIRA ADAPT.P/TRAT.AGRIC.COND. B	hora	4,74
72.44.03.99.03	ROCADEIRA ADAPT.P/TRAT.AGRIC.COND. C	hora	4,74
72.44.03.99.04	ROCADEIRA ADAPT.P/TRAT.AGRIC. COND. D	hora	4,74
72.45.02.99.01	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN7,7T COND.A	hora	106,34
72.45.02.99.02	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN7,7T COND.B	hora	107,72
72.45.02.99.03	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN7,7T COND.C	hora	196,79
72.45.02.99.04	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN7,7T COND.D	hora	237,20
72.45.03.99.01	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN10T COND.A	hora	115,39
72.45.03.99.02	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN10T COND.B	hora	122,52
72.45.03.99.03	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN10T COND.C	hora	266,60
72.45.03.99.04	ROLO COMPACT.VIBRAT.CILIN./PN10T COND.D	hora	307,01
72.45.04.99.01	ROLO COMPACT.VIBR.CILIN./PN 11,3T COND.A	hora	117,40
72.45.04.99.02	ROLO COMPACT.VIBR.CILIN./PN 11,3T COND.B	hora	125,79
72.45.04.99.03	ROLO COMPACT.VIBR.CILIN./PN 11,3T COND.C	hora	312,84
72.45.04.99.04	ROLO COMPACT.PÉ DE CARNEIRO VIBR. AUTOPR. P/PNEUS DE 11,6 T - 82 KW	hora	353,24
72.45.05.99.01	ROLO COMPACT.VIBR.CILIN./PN 15,5T COND.A	hora	221,78
72.45.05.99.02	ROLO COMPACT.VIBR.CILIN./PN 15,5T COND.B	hora	296,33
72.45.05.99.03	ROLO COMPACT.VIBR.CILIN./PN 15,5T COND.C	hora	480,83
72.45.05.99.04	ROLO COMPACT.VIBR.CILIN./PN 15,5T COND.D	hora	521,23
72.45.06.99.01	ROLO COMP.PE DE CARN./PN 15,5T COND. A	hora	221,78
72.45.06.99.02	ROLO COMP.PE DE CARN./PN 15,5T COND. B	hora	296,33
72.45.06.99.03	ROLO COMP.PE DE CARN./PN 15,5T COND. C	hora	500,31
72.45.06.99.04	ROLO COMP.PE DE CARN./PN 15,5T COND. D	hora	540,71
72.46.01.99.01	ROLO COMPACT.VIBR.ASF.7,2T COND. A	hora	103,45
72.46.01.99.02	ROLO COMPACT.VIBR.ASF.7,2T COND. B	hora	103,00

Referência	Descrição do Insumo	Unidade	Custo (R\$)
Q.04.000.032357	Veneziana com tela, anodizado natural, com filtro G4 e furos; referência comercial modelo AWG fabricantes Trox, Difus-ar ou equivalente	M2	1389,74
Q.04.000.032358	Veneziana com tela, modelo AWG; referência comercial: Trox ou equivalente	M2	1512,67
Q.04.000.032359	Veneziana com tela, modelo AWG, tamanho 38,5x33 cm; referência comercial: Trox, Difus-ar ou equivalente	UN	207,3
Q.04.000.032360	Veneziana com tela, modelo AWG, tamanho 78,5x33 cm; referência comercial: Trox, Difus-ar ou equivalente	UN	321,1
R.02.000.038018	Óleo de linhaça	L	21,42
R.02.000.039013	Ácido muriático	L	11,09
R.02.000.039014	Graxa lubrificante pastosa	KG	45,41
R.03.000.020338	Tela tipo mosquiteira removível em fibra de vidro revestida em pvc, perfil alumínio, borracha EPDM, Kit fixação com 4 cantoneiras, travas e parafusos com buchas	M2	210,71
R.03.000.020341	Tela em poliéster, malha 2x2mm, gramatura mínima de 31g/m², estruturante para impermeabilização a frio; ref. Ernetex, Vedacit ou equivalente	M2	6,5
R.03.000.020342	Tela em polietileno, malha hexagonal de 1/2', gramatura mínima de 205g/m², ref. Pinteiro 5110P ou 5111P da Nortene, ou equivalente	M2	5,6
R.03.000.027502	Tela em polietileno (nylon), malha 10x10cm - fio com espessura de 2 mm, instalada	M2	13,3
R.03.000.028049	Macrofibra estrutural polipropileno, resistência à tração >=500MPa, E>=5 Gpa, título até 5dtex, tenacidade mín. 5cN/dtex, deformação até 5cN/dtex e até 40%, perda massa por alcalinidade<5%; ref. Politec Neomatec, Duristeel FF54 Concrefibra ou equivalente	KG	43,2
R.03.000.028050	Microfibra polimérica anticrack, resistência à tração >= 500Mpa, E>=5 Gpa, título até 5dtex, tenacidade mín. 5cN/dtex, deformação até 5cN/dtex e até 40%, perda massa por alcalinidade < 5%; ref. Neofibra MF Neomatec, Fibralit-Co Concrefibra ou equivalente	KG	32,6
S.01.000.038760	Plantio de grama pelo processo hidrossemeadura	M2	16,49
S.01.000.080102	Caminhão com irrigadeira e autobomba, capacidade mínima de 6.000 litros - COND.D	H	219,7
S.01.000.080105	Vassoura mecânica - rebocada mecanicamente	H	75,1
S.01.000.080119	Trator com pneus industrial, agrícola com peso de 5 T	H	147,8
S.01.000.080125	Betoneira reversível com carregador, capacidade de 320 litros, acionamento do motor combustão interna (diesel e gasolina) ou motor elétrico Alfa 320	H	29,8
S.01.000.080129	Compressor de ar XA 125 MWD - COND. D	H	143,6
S.01.000.080149	Vibroacabadora de asfalto sobre esteiras, capacidade 400 ton/hora	H	322,2
S.01.000.080157	Rompedor Pneumático ATLAS COPCO TEX 32 PS	H	36,5
S.01.000.080178	Rolo compactador vibratório de um cilindro/PN 7T	H	155,
S.01.000.080258	Caminhão carroceria em madeira, capacidade até 8 toneladas	H	225,0
S.01.000.080266	Pá-carregadeira retroescavadeira / carregadeira, capacidade de 0,77m³ - COND. D	H	154,8
S.01.000.080272	Escavadeira hidráulica sobre esteira 100 HP (74 kW)	H	491,4
S.01.000.080303	Trator sobre esteira com lamina/Ripper 2,28m³	H	424,9
S.01.000.080308	Caminhão basculante caçamba minério, capacidade de 8,0m³ - COND.D	H	256,6
S.01.000.080311	Caminhão basculante diesel com capacidade de 5 m³ - COND. D	H	211,3
S.01.000.080312	Caminhão espargidor, capacidade de 6.000 litros - COND.D	H	228,8
S.01.000.080330	Rolo compactador vibratório com pé de carneiro em aço, potência 121 a 127HP (90 a 93 kW), ref. CA25PD DYNAPAC ou equivalente	H	380,7
S.01.000.080332	Motoniveladora com escarificador potência 140HP (104kW), ref. CAT 120H da CATERPILLAR ou equivalente	H	360
S.01.000.080334	Placa vibratória impacto de 1.700 kg, com motor diesel, ou gasolina, ou elétrico, ref. Placa Vibratoria Dynapac CM13 da Flygt do Brasil ou equivalente	H	360
S.01.000.080337	Rolo compactador autopropelido, vibratório em aço, cilindros lisos em tandem, potência 80 HP (59 kW); ref. CC21 Dynapac 6 toneladas ou equivalente	H	199,2
S.01.000.080338	Rolo compactador de pneus para asfalto, capacidade 27 toneladas	H	240,1
S.01.000.080342	Trator de esteira lâmina reta/riper - 328HP, CATERPILLAR-D8R PS328 ou equivalente	H	727,8
S.01.000.080344	Trator sobre esteiras potência 76 a 88HP (56 a 64,9kW), ref. D4 da Komatsu ou equivalente	H	289,9
S.01.000.080349	Veículo com capacidade para 4 pessoas, pot. 1.000CC - Cond. D	H	240,1
S.01.000.080351	Guindauto MUNCK M-640/18 com lança telescópica capacidade 3750 kg	H	240,1
S.01.000.080352	Veículo utilitário com capacidade para 9 pessoas - 1.600 CC - COND.D	H	100,8
S.01.000.080357	Locação de estação total	H	15,4

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SERVIÇOS**  
**COM DESONERAÇÃO**

**Versão 200**

**Data Base: NOV/25**

**BDI : 0,00%**

**L.S.: 105,39%**

<i>Referência</i>	<i>Descrição</i>	<i>Un</i>	<i>Material</i>	<i>Mão de Obra</i>	<i>Custo Total</i>
50.10.084	Extintor manual de pó químico seco 20 BC - capacidade de 12 kg	UN	260,38	20,86	281,24
50.10.096	Extintor sobre rodas de pó químico seco BC - capacidade de 20 kg	UN	1.675,69		1.675,69
50.10.100	Extintor manual de água pressurizada - capacidade de 10 litros	UN	182,66	20,86	203,52
50.10.110	Extintor manual de pó químico seco ABC - capacidade de 4 kg	UN	162,13	20,86	182,99
50.10.120	Extintor manual de pó químico seco ABC - capacidade de 6 kg	UN	226,95	20,86	247,81
50.10.140	Extintor manual de gás carbônico 5 BC - capacidade de 6 kg	UN	625,94	20,86	646,80
50.10.210	Suporte para extintor de piso em fibra de vidro	UN	225,05	2,04	227,09
50.10.220	Suporte para extintor de piso em aço inoxidável	UN	298,51	2,04	300,55
50.20	Reparos, conservacoes e complementos - GRUPO 50				
50.20.110	Recarga de extintor de água pressurizada	L	2,84		2,84
50.20.120	Recarga de extintor de gás carbônico	KG	15,31		15,31
50.20.130	Recarga de extintor de pó químico seco	KG	9,32		9,32
50.20.160	Pintura de extintor de gás carbônico, pó químico seco, ou água pressurizada, com capacidade acima de 12 kg até 20 kg	UN	36,17		36,17
50.20.170	Pintura de extintor de gás carbônico, pó químico seco, ou água pressurizada, com capacidade até 12 kg	UN	27,52		27,52
50.20.200	Recolocação de bico de sprinkler	UN	0,06	17,67	17,73
54	PAVIMENTACAO E PASSEIO				
54.01	Pavimentacao preparo de base				
54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	3,38	0,16	3,54
54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	M2	28,79	0,33	29,12
54.01.050	Compactação do subleito mínimo de 95% do PN	M3	20,55	0,65	21,20
54.01.200	Base de macadame hidráulico	M3	331,91	30,66	362,57
54.01.210	Base de brita graduada	M3	275,82	3,15	278,97
54.01.220	Base de bica corrida	M3	229,36	3,15	232,51
54.01.230	Base de macadame betuminoso	M3	1.061,28	15,33	1.076,61
54.01.400	Abertura de caixa até 25 cm, inclui escavação, compactação, transporte e preparo do sub-leito	M2	23,90	0,46	24,36
54.01.410	Varrição de pavimento para recapeamento	M2		0,82	0,82
54.02	Pavimentacao com pedrisco e revestimento primario				
54.02.030	Revestimento primário com pedra britada, compactação mínima de 95% do PN	M3	123,05	13,08	136,13
54.02.040	Camada de areia grossa compactada manualmente com compactador	M3	204,93	96,41	301,34
54.03	Pavimentacao flexivel				
54.03.200	Concreto asfáltico usinado a quente - Binder	M3	1.205,26	17,03	1.222,29
54.03.210	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	1.523,09	17,03	1.540,12
54.03.221	Restauração de pavimento asfáltico com concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	1.523,09	17,03	1.540,12
54.03.230	Imprimação betuminosa ligante	M2	6,55	0,10	6,65
54.03.240	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M2	12,86	0,12	12,98
54.03.250	Revestimento de pré-misturado a quente	M3	1.612,29	17,03	1.629,32
54.03.260	Revestimento de pré-misturado a frio	M3	1.475,44	40,88	1.516,32
54.04	Pavimentacao em paralelepipedos e blocos de concreto				
54.04.030	Pavimentação em paralelepípedo, sem rejunte	M2	310,15	26,13	336,28
54.04.040	Rejuntamento de paralelepípedo com areia	M2	14,96	2,04	17,00
54.04.050	Rejuntamento de paralelepípedo com argamassa de cimento e areia 1:3	M2	10,97	6,34	17,31
54.04.060	Rejuntamento de paralelepípedo com asfalto e pedrisco	M2	51,39	5,11	56,50

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ RAFAEL FABRIN  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/3A46-FBA6-7821-5A78> e informe o código 3A46-FBA6-7821-5A78



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 71/2024****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6.212/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.105/2024 (PRINCIPAL)****OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ, O QUAL SERÁ DESTINADO A RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP.**

O **Município de Pedreira/SP** com sede na Praça Epitácio Pessoa, 03 – Centro, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP: 13.920-013, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.410.775/0001-36, neste ato, representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal, Sr. Fábio Vinicius Polidoro, matrícula funcional nº 4048-7, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **CONSTRUTORA SIMOSO LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 48.169.536/0001-61, sediado(a) na Rodovia SP 147, Km 63, caixa postal 38, bairro Sobradinho, na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, CEP 13.801-540, telefone: (19) 3806-5022, e-mail: [planejamento@simoso.com.br](mailto:planejamento@simoso.com.br), doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo, Sr. Fábio Leandro Simoso, conforme procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 3.105/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de renovação contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 70/2024 por mais **12 (doze) meses**, a partir de **29/05/2025 até 28/05/2026**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO**

2.1. O valor global deste termo aditivo é de **R\$ 959.728,50 (novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)**,

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

**Unidade:** 021301 DIV. OBRAS E CONS. DE VIAS URB. E RURAIS

**Funcional:** 15.451.0013.2042.0000 Manutenção da Divisão de Obras e Conservação de Vias Urbanas

**Cat. Econ.:** 3.3.90.30.00 Material de Consumo

**Código de Aplicação:** 110 000

**Fonte de Recurso:** 0 0100

**Ficha nº** 1445

**Reserva Orçamentária nº** 406

**Valor empenhado:** R\$ 559.841,625

**Observação:** Valores empenhados para 07 (sete) meses, os valores restantes serão empenhados para o exercício de 2026.

**CLÁUSULA QUINTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS**

5.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

## CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO

6.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

Pedreira (SP), 23 de maio de 2.025.

MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP

**CONSTRUTORA SIMOSO LTDA.**

**FABIO VINICIUS POLIDORO**  
CONTRATANTE

**FABIO LEANDRO SIMOSO**  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

**01 -** Nome por extenso : **RAPHAEL SOARES DE OLIVEIRA**  
Matricula : **36323-1**

02 - Nome por extenso : **DAIANE ROSANGELA DE CARVALHO**  
Matricula : 43028-1

Assinado por 4 pessoas: JESSE ALEANDRO DOS SANTOS, DAIANE ROSANGELA DE CARVALHO, RAPHAEL SOARES DE OLIVEIRA e FABIO VINICIUS POLIDORO



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3A46-FBA6-7821-5A78

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ RAFAEL FABRIN (CPF 305.XXX.XXX-90) em 15/04/2026 11:04:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pedreira.1doc.com.br/verificacao/3A46-FBA6-7821-5A78>



## ANEXO VI

### MATRIZ DE RISCOS

TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCACÃO
Operacional	Atraso no atendimento das demandas	Demandas não atendidas no prazo	Definição de prazos de execução a serem reprogramados de acordo com as demandas de serviços do município	Contratada
Técnico	Fornecimento fora das especificações	Material rejeitado	Exigência das procedências do material conforme já descritos neste ETP	Contratada
Operacional	Execução inadequada	Necessidade de retrabalho	Fiscalização dos materiais e serviços executados	Compartilhada
Técnico	Baixa durabilidade	Reaparecimento de buracos	Fiscalização na execução tanto da base quanto da aplicação de cbuq	Compartilhada
Operacional	Interrupção dos serviços	Paralisação	Plano de contingência para continuidade dos serviços respeitando as demandas do município.	Contratada
Ambiental	Condições climáticas ou outros	Impossibilidade de execução	Reprogramação dos serviços	Compartilhado
Segurança	Risco aos usuários	Acidentes	Sinalização adequada	Contratada
Segurança do Trabalho	Acidentes com trabalhadores	Ocorrências de acidentes	Uso de EPIs	Contratada
Gestão	Rotatividade da equipe	Queda de qualidade	Equipe mínima	Contratada
Caso fortuito ou força maior	Situações dos serviços que configurem caso fortuito ou força maior	Impossibilidade de continuidade parcial ou total da execução dos serviços	Reequilíbrio econômico-financeiro e/ou prorrogação do prazo de execução dos serviços	Contratante



# Diário Oficial

ORGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA-SP  
Criado pela Lei Municipal 3.777, de 13 de junho de 2018

ANO VII

Quarta-Feira, 25 de Junho de 2025

Edição nº 1790

## PODER EXECUTIVO

### GABINETE DO PREFEITO

PREFEITO: **FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**  
ENDEREÇO: PRAÇA EPITÁCIO PESSOA, 3 – PAVIMENTO SUPERIOR

## DECRETO Nº 4.240 DE 24 JUNHO DE 2025

*Regulamenta os Processos Sancionatórios nos Termos Previstos nos Artigos 155 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Pedreira.*

**FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**, Prefeito Municipal de Pedreira, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais com fundamento no inciso IX, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação interna do processo administrativo sancionatório previsto na Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA),

### DECRETA:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto neste decreto.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com este Município, que incidir nas infrações previstas no Art. 155 da LLCA, ficará sujeito às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

III – impedimento de licitar e contratar com este município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

§1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à municipalidade.

§2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o Município ou para os serviços públicos municipais;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São circunstâncias agravantes da sanção:

I – a existência de registro do licitante ou contratado apenado pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Pedreira;

II – a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital e/ou termo de referência, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

III – a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

IV – a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

**§2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

I – a falha escusável do licitante ou contratado;

II – a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

III – a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital e/ou termo de referência, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

IV – a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

## CAPÍTULO II

### DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

#### Seção I – Da Advertência

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano ao Município ou aos serviços públicos municipais.

#### Seção II – Da Multa

**Artigo 5º** - A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (meio por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

§ 1º. – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

§ 2º - O instrumento convocatório e/ou o contrato, poderão estipular percentuais ou condições distintas para aplicação de multa de mora, hipótese na qual, prevalecerão as condições indicadas nos referidos documentos.

**Artigo 7º** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com este Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Parágrafo único** – Aplica-se o dispositivo constante no *caput* ao adjudicatário que deixar de entregar documentação necessária como condição para assinatura do contrato.

**Artigo 10** – O Município poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 01 (uma) UFM (unidade fiscal municipal), mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo Município, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§1º** - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas neste decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

## Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar





# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito deste Município será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- I – por 06 (seis) meses: inciso IV;
- II – por 08 (oito) meses: incisos V a VII;
- III – por 01 (um) ano: inciso II;
- IV – por 02 (dois) anos: inciso III.

**Parágrafo único** – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 03 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

### Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 04 (quatro) anos.

**§1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 03 (três) anos e o máximo de 06 (seis) anos.

**§2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

**Artigo 14** – O processo sancionatório seguirá o seguinte rito:

**I** – Instauração: a instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do Agente de Contratação, Gestor de Contratos, Fiscal Administrativo e/ou Técnico, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento do processo licitatório ou pelo acompanhamento da execução contratual, encaminhada à Divisão de Contratos e Aditivos ou ao Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos;

**II** – Defesa: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, intimará os responsáveis para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, apresentem defesa, acompanhada de documentos e requerimento de produção de provas, se o caso;

**III** – Instrução: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios decidirá acerca da produção de provas, deferindo as pertinentes e indeferindo as impertinentes ou meramente protelatórias e concedendo prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a devida instrução processual;

**IV** – Alegações finais: encerrada a instrução, a Divisão de Contratos e Aditivos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios, concederá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de alegações finais;

**V** – Relatório: a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios elaborará relatório



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

circunstanciado do feito e, após, encaminhará os autos à Secretaria de Negócios Jurídicos para parecer;

**VI – Parecer:** a Secretaria de Negócios Jurídicos emitirá parecer e, após, encaminhará os autos à decisão do Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou ao Prefeito, caso o relatório final recomende a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade;

**VII – Decisão:** O Secretário de Administração e Recursos Humanos, ou o Prefeito, no caso de recomendação pela aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, decidirão acerca da aplicação ou não de sanção, determinando o que for cabível e restituirão o processo à Divisão de Contratos e Aditivos ou à Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios para cumprimento;

**VIII – Intimação da decisão:** a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios intimará os responsáveis acerca do teor da decisão;

**IX – Recurso ou Pedido de Reconsideração:** poderá ser interposto recurso ou pedido de reconsideração, intentado junto a Divisão de Contratos ou a Comissão Permanente para Condução de Processos Sancionatórios e endereçado à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação;

**X – Decisão de Recurso:** recebido o recurso, o Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos se não reconsiderar a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**XI** – Decisão do Pedido de Reconsideração: recebido o pedido de reconsideração, o Prefeito deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**§1º** - O Prefeito poderá requerer parecer da assessoria jurídica antes da emissão de decisão final e irreversível.

**§ 2º.** O ato de instauração formal do processo sancionatório deverá conter relato dos fatos, a descrição das possíveis infrações e os documentos pertinentes;

**§ 3º** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Secretário de Administração e Recursos Humanos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante para, querendo, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, adotando o rito procedimental estabelecido no artigo 14.

**Artigo 16** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

**Parágrafo único:** O processo administrativo visando à rescisão contratual poderá ocorrer em apartado do processo administrativo sancionatório quando for do interesse público, situação na qual o referido processo não



# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

estará submetido a este decreto, contudo, deverá ser observado o direito a ampla defesa e contraditório da forma estabelecida Lei Federal nº 14.133/2021.

**Artigo 17** - A imposição das sanções previstas no presente decreto não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a este Município.

**Artigo 18** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 19** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico Município de Pedreira, por 03 (três) vezes consecutivas.

**§2º** - Nos processos eletrônicos instaurados neste Município, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema 1DOC ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 20** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

**Artigo 21** - A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no §4º do artigo 158 da LLCA.



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 22** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 23** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 24** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Secretário Municipal de Administração e Recursos e Humanos e/ou a Divisão de Contratos e Aditivos poderão determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 25** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 26** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro municipal de apenados e, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.





# Prefeitura Municipal de Pedreira

## ESTADO DE SÃO PAULO

**Artigo 27** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 28** – O presente decreto deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo aos instrumentos convocatórios de licitação, aos contratos e aos instrumentos equivalentes.

**Artigo 29** – Nos processos de contratações que não resultarem na elaboração de instrumento contratual, os valores constantes nas notas de empenhos ou documentos



# Prefeitura Municipal de Pedreira

ESTADO DE SÃO PAULO

equivalentes, serão levados em consideração para majoração das penalidades de multas constantes neste Decreto.

**Artigo 30** - Os casos omissos serão solucionados pelo Prefeito, ouvida a Secretaria de Negócios Jurídicos, quando for o caso.

**Artigo 31** – As disposições deste decreto se aplicam, no que couberem, aos entes da Administração Indireta do Município de Pedreira, que poderão adotar regulamentação complementar para a aplicação das regras com as devidas adequações atinentes às competências dos seus agentes públicos e dos setores nela existentes.

**Artigo 32** – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto Municipal nº 4.194/2025.

Pedreira, 24 de junho de 2025.

**FÁBIO VINÍCIUS POLIDORO**

**Prefeito Municipal**

**MARCELO RODRIGUES TEIXEIRA**

**Secretário Municipal de Negócios Jurídicos**